

1 **Transcrição da Ata da 104ª Reunião**
2 **Ordinária do Conselho Estadual de**
3 **Meio Ambiente, realizada on-line, no**
4 **dia 09 de fevereiro de 2021, presidida**
5 **pela Sra. Fabiana Campos - Presidente**
6 **Ad hoc, e Secretariada pelo Sr. João**
7 **Batista Campos - Secretário**
8 **Executivo.**

9 O Sr. Secretário Executivo:- Senhoras e senhores Conselheiros, boa tarde.
10 Agradecemos a presença de vocês nesta centésima quarta Reunião Ordinária do
11 Conselho Estadual do Meio Ambiente e antes de a gente abrir oficialmente a
12 reunião, com a abertura do Secretário Márcio Nunes e da Fabiana Campos -
13 Diretora-Geral, preciso dar alguns avisos. Sejam todos bem-vindos. Quando forem
14 falar, por favor, ao iniciar sua fala peço que digam o nome e a instituição que estão
15 representando para fins de efeito de gravação e da confecção de Ata. Ok? Então
16 não esquecer, senão chega lá no final da Ata sem nome e não saberemos quem
17 pronunciou naquela fala.

18 Rapidamente vou deixar a palavra com o nosso Presidente Márcio Nunes
19 ou a Fabiana para que faça a abertura e depois iniciamos com a leitura e a
20 apresentação dos novos Conselheiros.

21 O Sr. Secretário Márcio Nunes (Presidente do Conselho Estadual de Meio
22 Ambiente):- Boa tarde a todos. É uma satisfação muito grande estar participando
23 desta primeira reunião de 2021 com todos os Conselheiros. Vou fazer uma pequena
24 fala extraoficial e aí a Fabiana vai declarar aberta a reunião do Conselho e vai tocar
25 reunião com todos vocês.

26 Dizer que o ano que passou foi difícil, a pandemia não possibilitou que
27 tivéssemos contato com todos vocês, foi uma complicação grande. Dessa
28 pandemia não sei se alguma coisa boa vai sobrar, mas uma coisa que vai sobrar é
29 essa maneira do contato virtual. Estamos com pessoas aqui hoje praticamente do
30 Paraná inteiro, cada um na sua sala e todos nós estamos aqui trabalhando. Dizer
31 que estou muito satisfeito com o trabalho da Secretaria de Desenvolvimento

32 Sustentável e do Turismo. Foi um tempo de muito trabalho para fazermos a fusão
33 do IAP, do ITCG, da Mineropar, do Instituto das Águas que é a antiga Suderhsa e
34 criamos um novo órgão que passou a se chamar IAT - Instituto Água e Terra. E
35 rapidamente, menos de dois anos, na verdade menos de um ano que a lei foi
36 constituída, o Instituto Água e Terra hoje já foi reconhecido.

37 Não foi fácil, porque tirar a marca do IAP era uma coisa muito difícil. Era
38 um órgão já consolidado, com uma força muito grande, mas graças ao esforço de
39 uma equipe técnica muito robusta conseguimos implantar e hoje todo mundo
40 conhece o IAT. Todo mundo conhece o Instituto Água e Terra. É um órgão que
41 foi fortalecido tecnicamente e juridicamente, montamos um corpo jurídico robusto
42 nesse órgão com a contratação de dezenas de advogados para essa área, mas
43 principalmente na questão técnica para dar o embasamento técnico a esse órgão.

44 Nós contratamos aproximadamente duzentos e cinquenta residentes
45 técnicos, que são aqueles que já estão formados, alguns até pós-graduados, outros
46 mestres, que estão em busca de uma residência, estilo da residência de medicina.
47 Através de uma parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, recebemos
48 esses jovens já faz um ano e o resultado foi extraordinário. O pessoal em busca de
49 um lugar ao sol, sendo formados nessa nova visão de crescimento,
50 desenvolvimento e geração de emprego, renda, turismo, cuidado com o meio
51 ambiente e recuperação do meio ambiente. Tudo isso ao mesmo tempo, acabando
52 com aquela guerra insana de ambientalista de um lado e desenvolvimentista do
53 outro e nada acontecendo. Então a possibilidade de fazer com que tudo isso
54 aconteça ao mesmo tempo. Seja um produtor rural, seja um industrial, seja um
55 comerciante, sabe que o mundo inteiro quer consumir produtos sustentáveis. Então
56 acertamos na mosca o dia que criamos a Secretaria de Desenvolvimento
57 Sustentável e de Turismo. Esse foi um grande acerto.

58 Mas o IAT trouxe, então, duzentos e cinquenta residentes técnicos,
59 trouxemos mais cinquenta bolsistas, que queremos junto com o Simepar que tinha
60 mais de dois anos de experiência no órgão, agora são trezentos. Dos nossos cargos
61 de confiança, são mais de cento e vinte. Nomeamos mais cento e vinte técnicos
62 entre eles engenheiro agrônomo, engenheiro civil, biólogo, geólogo, então

63 somamos quatrocentos e vinte. Agora mais cento e trinta contratados por PSS, são
64 seiscentos. E o concurso já está confirmado. Já era para ter acontecido há um
65 tempo, mas a pandemia veio exatamente quando o pessoal terminou de pagar a
66 inscrição. Então está paga a inscrição, então está garantido, tem orçamento e vão
67 entrar mais cento e cinquenta e nove, cento e sessenta técnicos.

68 Então, em dois anos, temos setecentos funcionários a mais, setecentos
69 técnicos a mais. O órgão todo contava com menos de duzentos técnicos. Se hoje
70 nós temos seiscentos a mais, temos três vezes mais técnicos que tínhamos lá atrás.
71 Três vezes! Lembrando que o órgão ficou trinta e tantos anos sem contratar
72 ninguém. Então foi muito importante a vinda dessa nova massa crítica que veio se
73 somar com a experiência dos que já estavam, construir esse novo momento.
74 Lembrando que o Brasil tem quatorze milhões de desempregados e se precisa ter
75 emprego tem que ter empregador. Não existe emprego sem empregador. O Estado
76 não consegue empregar todo mundo. Então nós aqui demos segurança técnica,
77 segurança jurídica, àquelas pessoas que desejaram empreender no Paraná, colocar
78 o seu dinheiro, colocar o seu patrimônio através do financiamento bancário para
79 evoluir. Claro, não deixamos fazer de qualquer jeito, segurança técnica, segurança
80 jurídica. E aquele que é clandestino, o marginal, a mão pesada do Estado. O Estado
81 nunca multou e nunca autuou tanto como nesses dois anos. Uma fiscalização
82 severa, dura, para aqueles que queriam ficar na irregularidade. Mas, para aqueles
83 que quiseram ser proativos, que quiseram regularizar a sua situação, demos toda a
84 condição.

85 Em cima disso, desses princípios, que acabamos trazendo o Turismo para
86 dentro desse órgão, trouxemos a Invest Paraná e o Simepar para ser o grande órgão
87 tecnológico e, através de seu satélite de radar, poder fazer o monitoramento para
88 mostrar para o mundo inteiro que estamos vivendo a era do alimento sustentável,
89 a era do uso responsável dos bens materiais. E é isso que nós estamos fazendo.

90 Então agradeço a todos pela compreensão, agradeço todos aqueles que
91 caminharam comigo nessa jornada. Agradeço todos aqueles que foram contra
92 também ao nosso pensamento, porque é justamente na pluralidade de ideias que
93 podem surgir as melhores coisas.

94 Dizer que a inteligência e o radicalismo nunca habitaram a mesma casa. Eu
95 tenho procurado aqui, desde o meu discurso de posse, exercer o equilíbrio. Se eu
96 pudesse escolher um nome fantasia para esta Secretaria seria o equilíbrio, entre
97 outras coisas: crescimento, desenvolvimento, geração de emprego, cuidado com o
98 meio ambiente e recuperação do meio ambiente. Assim tenho procurado me
99 comportar, da melhor forma possível. E fico muito feliz hoje de estar conduzindo
100 esse trabalho na Secretaria de Desenvolvimento do Paraná, porque não existe
101 nenhuma forma de desenvolvimento que estamos implantando que não seja
102 sustentável. Portanto, a nossa Secretaria é a Secretaria de Desenvolvimento do
103 Estado do Paraná e só é possível vender para o mundo a nossa marca dos produtos
104 a partir do momento que temos produtos sustentáveis.

105 Então fico muito feliz de estar na frente dessa grande jornada. E saber que
106 o Estado do Paraná foi o estado que mais cresceu no Brasil nos últimos dois anos.
107 Cresceu 15%. Foi o estado que mais plantou árvore nos últimos dois anos, mais de
108 cinco milhões de árvores nativas foram plantadas. Foi o estado que mais cuidou de
109 erosão no solo. Foi o estado que mais cuidou do bem-estar animal, um programa
110 maravilhoso de castração de animais, chamando a atenção aos bons tratos dos
111 animais. E aí por diante. Podia falar um dia inteiro.

112 Estou muito feliz, muito satisfeito e espero nesses dois anos que ainda temos
113 de mandato aqui na Secretaria, e eu como deputado estadual, espero que possa,
114 junto com vocês, evoluir e evoluir muito para cuidar do meio ambiente e gerar
115 crescimento e desenvolvimento para melhorar a vida das pessoas, já que o maior
116 programa social, ambiental e de sustentabilidade do mundo é o emprego. A partir
117 do momento em que as pessoas estejam empregadas temos o maior programa
118 social e ambiental do mundo. Então fico muito satisfeito.

119 Muito obrigado, fiquem com Deus. E passo a palavra à Fabiana Campos
120 para que possa conduzir a nossa reunião. Obrigado.

121 A Sra. Presidente:- Boa tarde a todas e todos. Sejam todos muito bem-
122 vindos. É um prazer estarmos juntos mais uma vez, começando a nossa primeira
123 reunião do ano.

124 Passo a palavra ao João que vai chamar os nossos novos Conselheiros. João,
125 por favor.

126 O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado. Boa tarde a todos novamente.
127 Vamos fazer a apresentação dos novos Conselheiros. Primeiramente vou chamar
128 o pessoal das Organizações Não-Governamentais, foi um processo bacana, depois
129 a Lari vai falar para vocês, vai expor essa questão da eleição que tivemos.

130 Então, vamos começar pelas ONGs. Mater Natura, apesar de não termos
131 recebido o ofício, o e-mail, é o Adriano Wild e Paulo Pizzi. É isso mesmo, né?
132 Observatório de Justiça e Conservação, Camila Agilbert Maia e André Petick Dias;
133 SPVS - Felipe do Vale e Clóvis Borges; CEDEA - Luiz Arthur Klas Gineste da
134 Conceição e Laura Jesus de Costa e Moura; GUPE - Henrique Simão Pontes e
135 Antônio Carlos Santana; GEET Açungui - Rafael dos Santos e Kleber Makoto
136 Mise; ING - Vânia Mara Moreira dos Santos e Luana Maria Gryszyzyn; FAEP -
137 Carla Beck e Klaus Kuhnen; FETAEP - Alexandre Leal dos Santos e José Amauri
138 Denck.

139 Das Secretarias Municipais de Meio Ambiente: Curitiba - Érica Costa
140 Mielke e Ibson Gabriel Martins Campos; Campo Largo - Juarez Pianesser
141 Carvalho e Mirela Jamocasso Medeiros; UEPG - Universidade Estadual de Ponta
142 Grossa, Isonel Sandino Meneguzzo e Gilson Burigo Guimarães; CRBio - Conselho
143 Regional de Biologia - Paulo Aparecido Pizzi e Vinícius Abilhoa; CRMV -
144 Conselho Regional de Medicina Veterinária, Leonardo Nápoli e Letícia de Paulo
145 Koproski; APRE - Álvaro Luiz Scheffer Júnior e Aílson Augusto Loper; Casa
146 Civil - Guto Silva e Felipe Flessak; PGE - Letícia Ferreira da Silva e Carolina
147 Lucena Schussel.

148 Aqueles que são de outras instituições e ainda não indicaram, continuam
149 sendo conselheiros anteriores. Devolva a palavra à Fabiana Campos para dar as
150 boas-vindas ao pessoal.

151 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sr. Secretário, eu não
152 entendi bem no começo da sua apresentação desses novos conselheiros, você não
153 recebeu a indicação do Mater Natura?

154 O Sr. Secretário Executivo:- Isso mesmo. Não localizamos talvez, mas sei
155 que é você, Adriano Wild, presta um serviço e um bom trabalho há um longo tempo
156 aqui no Conselho, mas vamos tentar localizar. Em princípio é você e o Paulo Pizzi.
157 Está correto?

158 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Vou mandar de novo
159 então o e-mail.

160 O Sr. Secretário Executivo:- Ok. Obrigado, Adriano.

161 A Sra. Presidente:- Então agradecemos e damos as boas-vindas às novas
162 Conselheiras, aos novos Conselheiros. É sempre um privilégio ter Conselheiros
163 tão representativos na nossa área, participando do Conselho Estadual de Meio
164 Ambiente. Como disse o Secretário Márcio, é muito importante que tenhamos as
165 mais diversas representatividades para ter ponto e contraponto, porque é no debate
166 saudável que a gente cresce e avança, tendo as políticas ambientais e de
167 sustentabilidade do jeito que a gente deseja.

168 Então, nesse momento, vamos abrir a inscrição para a Tribuna Livre para
169 quem depois tiver interesse em usar a palavra. O João e a Larisseane vão anotar os
170 inscritos. Então vocês podem ir se inscrevendo. Pedimos a gentileza que o façam
171 ali pelo chat da plataforma que fica ao lado direito.

172 O Sr. Secretário Executivo:- Fabiana, é isso aí, pedimos que o pessoal se
173 inscreva pelo chat. E só para fazermos o registro do pessoal presente, vamos fazer
174 a chamada para o nosso registro em Ata e também para contagem de quórum.
175 Então a Lari vai fazer esse processo. Tendo quórum atingido, vamos fazer a
176 deliberação do primeiro ponto em pauta. Ok?

177 A Sra. Presidente:- Perfeito.

178 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Boa tarde a todos e todas...

179 O Sr. Secretário Executivo:- Estamos com um probleminha técnico, já, já
180 vamos resolver.

181 O Sr. Conselheiro Goura (ALEP):- Secretário João, é o Deputado Goura.
182 Poderia fazer uma saudação breve?

183 A Sra. Presidente:- Deputado, enquanto estamos resolvendo o problema
184 técnico para fazer a chamada, por favor, fique à vontade.

185 O Sr. Conselheiro Goura (ALEP):- Obrigado, Fabiana. Obrigado, João.
186 Tenho que entrar na Sessão da Assembleia logo mais, mas queria aqui dar uma boa
187 tarde a todos e todas, Conselheiros e Conselheiras. E, como Presidente da
188 Comissão de Meio Ambiente, Ecologia e Proteção aos Animais da Assembleia
189 Legislativa, gostaria de me colocar à disposição dos senhores e das senhoras, do
190 Governo, da Sedest como todo, para que a gente possa avançar nas políticas
191 ambientais do Estado do Paraná. Então quero também, já de antemão, dizer, João,
192 que faremos uma série de audiências públicas no decorrer desse ano, Presidente
193 Everton do IAT, e queremos a participação ativa do Conselho do Cema nesse
194 processo. Faremos uma audiência sobre as PCHs, sobre o ICMS Ecológico, sobre
195 os grandes felinos do Paraná, sobre o mono-carvoeiro também aqui na região dos
196 Campos Gerais e do Vale do Ribeira, enfim. Coloco-me à disposição.

197 A Débora vai acompanhar aqui a reunião na qualidade de assessora
198 parlamentar, mas fico aqui à disposição dos senhores e das senhoras. Parabéns ao
199 Conselho e que possa exercer o seu papel cada vez mais, com mais força e
200 independência. Muito obrigado, Fabi. Obrigado, João, pela gentileza.

201 A Sra. Presidente:- Imagina, Deputado. É sempre bom...

202 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Presidente Fabiana, o
203 Deputado Goura está se ausentando e é uma pena, porque tenho uma informação
204 muito importante a dar na Tribuna Livre a respeito dos Bosques da Memória, que
205 é uma iniciativa para se plantar árvores na Mata Atlântica a todos que perderam
206 sua vida pela Covid-19. Na Tribuna Livre dou mais detalhes.

207 A Sra. Presidente:- Obrigada, Adriano. A Débora faz o repasse para o
208 Deputado Goura do que você vai compartilhar conosco.

209 Deputado, conte conosco para as audiências públicas, entendemos que
210 sempre é um mecanismo muito eficiente para que possamos discutir os assuntos
211 com toda a comunidade. Obrigada, Deputado. Boa Sessão.

212 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Então, retomando a
213 chamada, como é de conhecimento de todos que já participaram da reunião,
214 quando eu chamar, por favor, apresente o seu nome e a instituição para a gente
215 gravar como assinatura de vocês da participação na reunião.

216 Pela Sedest, Dra. Fabiana Campos.

217 A Sra. Fabiana Campos (SEDEST):- Presente. Obrigada.

218 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pela Secretaria de Estado
219 da Saúde, o Secretário Carlos Alberto Gebrim Preto ou a Ivana Lúcia Belmonte.

220 A Sra. Ivana Lúcia Belmonte (SESA):- Presente. O nosso Secretário está
221 internado no momento com Covid-19, mas está bem.

222 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Que bom. Pela Secretaria
223 de Agricultura e do Abastecimento, Norberto Anacleto Ortigara ou José Tarciso
224 Fialho. (Pausa). Pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas,
225 Geraldo Luiz Farias ou Glauco Pereira Júnior. Algum representante da SEDU?
226 (Pausa). Pela Secretaria da Comunicação Social e da Cultura, Luciana Casagrande
227 Pereira Ferreira ou Fabrício Ferreira. Algum representante da SECS. (Pausa). Pela
228 Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Nelson Bona ou
229 Jonathan Dieter. Algum representante da SETI? (Pausa). Pela Secretaria de Estado
230 da Educação e do Esporte, Rosilaine Terezinha Durigan Mortella ou Mauren
231 Martini Lobo.

232 A Sra. Conselheira Rosilaine Terezinha Durigan Mortella (SEEC):-
233 Presente, pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

234 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Obrigada. Pela Secretaria
235 de Planejamento e Projetos Estruturantes, Milton de Almeida Barbosa ou Nestor
236 Bragagnolo.

237 O Sr. Nestor Bragagnolo (SEPL):- Presente, Secretaria de Planejamento e
238 Projetos Estruturantes.

239 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pela Secretaria de Estado
240 da Justiça, Família e Trabalho, Sérgio Tadeu Monteiro de Almeida ou Jefferson
241 Allhanser Almeida da Rosa. Temos algum representante da SEJUF? (Pausa). Pela
242 Paraná Turismo, João Jacob Mehl ou Isabella Tioqueta, ou Evandro Pinheiro.
243 Algum representante da Paraná Turismo? (Pausa). Pela Casa Civil, Guto Silva ou
244 Felipe Flessak.

245 A Sra. Presidente:- Lari, provavelmente o Felipe nem teve tempo de
246 justificar porque ele também está com Covid, foi diagnosticado ontem.

247 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Ok. Entrou uma pessoa
248 que já foi chamada, João Jacob Mehl, da Paraná Turismo, se puder se apresentar.

249 O Sr. Conselheiro Sérgio Tadeu Monteiro de Almeida (SEJUF):- Com
250 licença, gostaria de me apresentar, estava sem som até agora. Sérgio Tadeu
251 Monteiro de Almeida, pela SEJUF, só confirmando a presença.

252 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Obrigada. João Jacob
253 Mehl, está presente? Eu vi que ele entrou. (Pausa). Pelo Instituto Água e Terra,
254 Everton Luiz da Costa Souza ou José Volnei Bisognin.

255 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Everton Luiz da
256 Costa Souza, presente.

257 O Sr. Conselheiro José Volnei Bisognin (IAT):- José Volnei Bisognin,
258 presente.

259 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pelo segmento das Águas,
260 José Luiz Scroccaro.

261 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro (Águas Paraná):- José Luiz
262 Scroccaro, presente.

263 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pelo segmento de Terras,
264 Cartografia e Geologia, Carlos Roberto Fernandes Pinto ou Mozarte de Quadro
265 Júnior. (Pausa). Pela Cohapar, Jocely Maria Thomazoni Loyola ou Murilo Derbli
266 Schafranski. (Pausa). A Jocely eu acho que está presente. Jocely, está conseguindo
267 ouvir a gente? (Pausa).

268 A Sra. Conselheira Jocely Maria Thomazoni Loyola:- Sim. Jocely Maria
269 Thomazoni Loyola, pela Cohapar.

270 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pela Procuradoria Geral
271 do Estado, Dra. Letícia Ferreira da Silva ou Carolina Lucena Schussel. Eles
272 mandaram um ofício informando que outro doutor da PGE estaria presente na
273 reunião. Se tiver outro representante, por favor.

274 O Sr. Conselheiro Antônio Chances Pinheiro (PGE):- Sou eu. Antônio
275 Chances Pinheiro, pela Procuradoria Geral do Estado. E aproveito só para informar
276 que, se a reunião se estender após às 16h, vou ter que me ausentar porque tenho

277 que participar de uma audiência em nome do Estado também. Mas estou aqui
278 presente até às 16h.

279 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pelo Instituto Paranaense
280 de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes, Francisco José Gouveia de
281 Castro ou Cassiano Correa de Oliveira.

282 O Sr. Conselheiro Cassiano Correa de Oliveira (Ipardes):- Cassiano Corrêa
283 de Oliveira, pelo Ipardes, presente.

284 O Sr. Conselheiro Francisco José Gouveia de Castro (Ipardes):- Francisco
285 José Gouveia de Castro e também pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento
286 Econômico e Social - Ipardes, presente.

287 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Obrigada. Pela Mater
288 Natura, Adriano Wild ou Paulo Aparecido Pizzi.

289 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Adriano Wild, Mater
290 Natura, presente.

291 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pelo Instituto de Pesquisa
292 em Vida Selvagens e Educação Ambiental, Felipe do Vale ou Clóvis Ricardo
293 Schappe Borges.

294 O Sr. Conselheiro Felipe do Vale (SPVS):- Felipe do Vale, SPVS, presente.

295 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pelo Centro de Estudos de
296 Defesa e Educação Ambiental - CEDEA, Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição
297 ou Laura Jesus de Moura e Costa.

298 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Luiz
299 Artur, presente.

300 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pelo Observatório de
301 Justiça e Conservação, Camila Agibert Maia ou André Dias.

302 A Sra. Conselheira Camila Agibert Maia (OJC):- Camila Maia, presente.

303 O Sr. Conselheiro André Petick Dias (OJC):- André Dias, presente.

304 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Obrigada. Pelo Grupo
305 Universitário de Pesquisa Espeleológica - GUPE, Henrique Simão Pontes e
306 Antônio Carlos Foltran.

307 O Sr. Conselheiro Antônio Carlos Foltran (GUPE):- Antônio Carlos
308 Foltran, presente.

309 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Algum representante da
310 Associação MarBrasil? (Pausa). Pelo Grupo de Estudos Espeleológico do Paraná
311 - GEEP Açungui, Rafael Balestieri dos Santos ou Kleber Makoto Mise.

312 O Sr. Conselheiro Kleber Makoto Mise (GEEP Açungui):- Kleber Makoto
313 Mise, presente.

314 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pelo Instituto Guardiões
315 da Natureza, Vânia Mara Moreira dos Santos ou Luana Maria Gryszyshyn.
316 (Pausa). Pela Universidade Estadual de Londrina, José Marcelo Torezan ou
317 Fernando Fernandes.

318 O Sr. Conselheiro José Marcelo Torezan (UEL):- José Marcelo Torezan,
319 presente. Desculpe, estou sem vídeo.

320 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Não tem problema.
321 Obrigada. Pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Isonel Sandino Menegusso
322 ou Gilson Burigo Guimarães.

323 O Sr. Conselheiro Isonel Sandino Menegusso (UEPG):- Isonel Sandino
324 Menegusso, Universidade Estadual de Ponta Grossa, presente.

325 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pela Pontifícia
326 Universidade Católica, Rafaela da Silva Limons da Cunha ou Altair Rosa.

327 A Sra. Conselheira Rafaela da Silva Limons da Cunha (PUC):- Rafaela,
328 presente.

329 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pela Universidade
330 Positivo, Marcelo Limont ou Eliane Carvalho de Vasconcelos.

331 O Sr. Conselheiro Marcelo Limont (Universidade Positivo):- Marcelo
332 Limont, presente, pela Universidade Positivo.

333 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Obrigada. Pela Federação
334 das Indústrias do Estado do Paraná, Marcos Pupo Thiessen ou Paulo Henrique
335 Quintiliano Moura.

336 O Sr. Conselheiro Marcos Pupo Thiessen (FIEP):- Marcos Pupo Thiessen,
337 pela FIEP, presente.

338 O Sr. Conselheiro Paulo Henrique Quintiliano Moura (FIEP):- Presente.

339 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pela Federação da
340 Agricultura do Estado do Paraná, FAEP, Carla Beck ou Klaus Kuhnen.

341 A Sra. Conselheira Carla Beck (FAEP):- Carla Beck, presente.

342 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pela Assembleia
343 Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Goura ou Deputado Evandro Araújo.

344 O Sr. Conselheiro Goura (ALEP):- Deputado Goura, ainda estou
345 acompanhando, presente.

346 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pela Associação
347 Paranaense de Empresas de Base Florestal, Álvaro Scheffer Júnior ou Aílson
348 Augusto Loper.

349 O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer Júnior (APRE):- Álvaro Scheffer, pela
350 APRE - Associação Paranaense de Empresa de Base Florestal, presente.

351 O Sr. Conselheiro Aílson Augusto Loper (APRE):- Aílson Augusto Loper,
352 APRE, presente.

353 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pela Federação dos
354 Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Estado do Paraná - FETAEP,
355 Alexandre Leal dos Santos ou José Amauri Denck.

356 O Sr. Conselheiro Alexandre Leal dos Santos (FETAEP):- Boa tarde.
357 Alexandre Leal dos Santos, presente.

358 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pela Federação dos
359 Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL, Bernardo
360 Vergopolem ou Roselaine de Fátima Barausse. (Pausa). Pelo Sindicato Estadual
361 dos Servidores Públicos da Agricultura do Meio Ambiente, Fundepar e afins,
362 SINDISEAB, Temístocles dos Santos Vital ou Margit Hauer. (Pausa). Pela
363 Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, Érica Costa Mielke ou Ibson
364 Gabriel Martins de Campos. (Pausa). Pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente
365 de Campo Largo, Juarez Pianesser Carvalho ou Mirela Jacomasso Medeiros.

366 A Sra. Conselheira Mirela Jacomasso Medeiros (SMMA):- Mirela
367 Jacomasso Medeiros, representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento
368 Urbano e Meio Ambiente de Campo Largo.

369 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pelo Conselho Regional
370 de Biologia, Paulo Aparecido Pizzi ou Vinícius Abilhoa.

371 O Sr. Conselheiro Paulo Aparecido Pizzi (CRBio):- Paulo Pizzi, presente.

372 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Obrigada. Pelo Conselho
373 Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA, Helder Rafael Nocko ou
374 Edilene Pires da Silva Andreiu.

375 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/Paraná):- Boa tarde a todos.
376 Helder Nocko, presente.

377 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pelo Conselho Regional
378 de Medicina Veterinária - CRMV, Leonardo Nápoli ou Letícia de Paulo Koproski.

379 O Sr. Conselheiro Leonardo Nápoli (CRMV):- Leonardo Nápoli, CRMV
380 Paraná, presente.

381 A Sra. Conselheira Letícia de Paulo Koproski (CRMV):- Letícia Koproski,
382 presente.

383 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Obrigada. Pelo Ordem dos
384 Advogados do Brasil, Alessandro Panasolo ou Fabiano Augusto Piazza Baracat.
385 Temos algum representante da OAB?

386 A Sra. Raquel Bombroski:- Sim. Raquel Dombroski, pela OAB. Eles
387 mandaram um e-mail informando que eu participaria da reunião.

388 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Pelas Comunidades
389 Indígenas do Estado do Paraná, articulação dos povos indígenas da região Sul,
390 Andreia de Fátima Fernandes ou Romancil Gentil Cretã. Algum representante.
391 (Pausa).

392 Encerramos, então, a chamada e temos o quórum de 28 (vinte e oito)
393 Conselheiros. Obrigada.

394 A Sra. Presidente:- Obrigada, Lari. Então só para lembrar a todos que com
395 um quórum de 19 (dezenove) a gente já pode iniciar. Se temos 28 (vinte e oito),
396 podemos dar andamento.

397 O primeiro item da nossa pauta é a discussão e aprovação da Ata da reunião
398 passada, a nossa 103ª Reunião Ordinária. A Ata foi repassada aos Conselheiros,

399 alguém tem alguma questão a levantar para colocar aqui que diz respeito à Ata da
400 última reunião?

401 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Gostaria de usar a
402 palavra.

403 O Sr. Secretário Executivo:- Adriano, posso rapidamente falar?
404 (Assentimento). Antes de colocar em votação a Ata, dizer que recebemos do
405 Adriano um estudo detalhado da Ata, com vários pontos que ele contribui nessa
406 leitura bem aprofundada e sugeriu várias questões, que agradeço de antemão por
407 esse trabalho. Queria dizer que vamos incorporar isso na Ata, essas questões que
408 você levantou, e a Ata que será votada seria essa com suas sugestões que não estão
409 aqui presentes, mas que foram aceitas. Ok?

410 A Sra. Conselheira Jocely Maria Thomazoni Loyola (Cohapar):- Nós
411 também fizemos uma observação e mandamos por e-mail. Se puderem observar,
412 agradeço. A minha observação é com relação à presença na reunião. Só isso.

413 O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado, Jocely.

414 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Só
415 informar a todos que o tema que foi debatido nessa Ata está *sub judice* no Tribunal
416 de Justiça. Esse tema que foi discutido nessa reunião está *sub judice* no Tribunal
417 de Justiça, apesar que o Ministério Público veio nessa reunião que referendou
418 algumas coisas, mas estamos aguardando agora uma audiência de conciliação no
419 Tribunal de Justiça sobre o tema. Só para deixar informado o Conselho. Ok, João.
420 Obrigado.

421 O Sr. Secretário Executivo:- O Adriano queria fazer alguma observação?

422 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Não, não. Tudo bem.

423 O Sr. Secretário Executivo:- Mas independentemente dessa questão, nós
424 temos que colocar em discussão e aprovação. Então, Fabiana, com essas
425 observações acolhidas do Adriano que serão incorporadas na Ata, repasso a
426 palavra para aprovação da Ata.

427 A Sra. Presidente:- Ok. Então coloco em votação a Ata 103ª Reunião
428 Ordinária, já tendo acolhidas as discussões apresentadas. Em votação. Os que

429 forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem.
430 (Pausa). APROVADA a Ata da 103ª Reunião Ordinária.

431 Passamos, então, para a Ordem do Dia, que é o esclarecimento inicial de
432 que as deliberações das minutas, no item Outros Assuntos, serão compostas as
433 Câmaras Temáticas. Vamos tentar ser o mais breve possível dentro das nossas
434 colocações, falar o que tem que ser falado, mas de maneira extremamente objetiva
435 porque é bem importante pra gente que todos permaneçam até o final da reunião
436 para que possamos depois, no item Outros Assuntos, compor as Câmaras
437 Temáticas, considerando que temos novos conselheiros e conselheiras que passam
438 a integrar o nosso Conselho.

439 Então o item a, da Ordem do Dia, é a deliberação da Resolução CEMA
440 108/2020, *ad referendum*, que “Estabelece procedimentos para a eleição dos
441 representantes das entidades ambientalistas não governamentais como membros
442 indicados no Conselho Estadual do Meio Ambiente para o período de 2021-2022”.

443 Passo a palavra ao João. Lari, se você puder colocar a Resolução na tela,
444 por favor.

445 O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado, Presidente. Enquanto a Lari vai
446 colocar na tela essa Resolução, explicando para vocês que a cada dois anos
447 fazemos o processo de cadastramento e recadastramento das Organizações Não
448 Governamentais Ambientalistas que fazem parte não só desse Conselho mas
449 dentro do Cadastro Estadual de Entidades Não Governamentais, que depois é um
450 condicionante para participar como membro e conselheiro do Conselho Estadual
451 do Meio Ambiente, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, na sequência do
452 Colit e vários outros conselhos no Estado do Paraná.

453 Então essa Resolução já teve o seu efeito estabelecido em todo o processo
454 que foi desenvolvido aqui na SEMA de cadastramento, de aprovação, e o cadastro
455 das ONGs são avaliadas por um comitê gestor do Cadastro Estadual de Entidades
456 Não Governamentais - CEENG. A partir do momento que esse cadastramento é
457 aprovado estão aptos a participarem nos diversos Conselhos que compõem no
458 Estado do Paraná, com relação a meio ambiente, recursos hídricos, litoral, etc.

459 Então essa Resolução foi assinada *ad referendum*, devido essa questão do
460 tempo, foi estabelecida uma Comissão Eleitoral que coordenou todas as atividades,
461 depois a Presidente da Comissão, que é a Larisseane de Souza Ribeiro que trabalha
462 aqui conosco no Conselho, vai relatar todo esse fato para vocês, como isso foi
463 conduzido.

464 Então, burocraticamente e em termos regimentais, essa Resolução tem que
465 ser referendada aqui. Ela foi assinada *ad referendum*, então tem que ser
466 referendada e aprovada aqui para que cumpra os seus efeitos.

467 Fabiana, devolvo a palavra para você, se tiver alguma observação, a gente
468 ouve e depois colocamos em deliberação a referida Resolução.

469 A Sra. Presidente:- Obrigada, João. Gostaria, então, de perguntar se alguém
470 gostaria de se manifestar a respeito da deliberação. Pois não, Adriano.

471 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Gostaria de parabenizar
472 as organizações que se cadastraram. Já há alguns anos que a gente não tem esse
473 número expressivo de Organizações Não Governamentais que compõem esse
474 cadastro, e temos hoje quatorze instituições que se cadastraram. Parabéns a todas
475 elas. E, diga-se de passagem, há muitos anos não tínhamos esse número tão grande.
476 Obrigado.

477 A Sra. Presidente:- Obrigada, Adriano. Mais alguém? Lari, você vai
478 explicar?

479 O Sr. Secretário Executivo:- Primeiro você coloca em aprovação, por favor,
480 Fabi, daí a Lari explica todo o processo.

481 A Sra. Presidente:- Mas a gente vai aprovar antes dela explicar?

482 O Sr. Secretário Executivo:- Isso. Depois é o procedimento que ela gerou.

483 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Primeiro é a aprovação da
484 Resolução, depois a gente vai apresentar como foi o procedimento.

485 A Sra. Presidente:- Entendi. Ok. Em votação. Aqueles que forem favoráveis
486 permaneçam como estão, os contrários que se manifestem, por favor. (Pausa).
487 APROVADO.

488 Passo a palavra para a Lari.

489 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Obrigada, Fabiana. Então
490 fazendo uma apresentação rápida de como foi o nosso processo eleitoral aqui no
491 CEMA. Fazendo uma introduçãozinha, foi a primeira vez que a gente conseguiu
492 fazer o processo eleitoral inteiramente on-line, utilizamos a plataforma *LimeSurvey*
493 e não tivemos nenhum problema, nenhuma ocorrência. Foi muito bem aceito por
494 todas as entidades cadastradas. Então aqui vou fazer um apanhado rápido de como
495 se deu todo esse processo.

496 A publicação da Resolução n.º 108/20, foi *ad referendum*, por isso que
497 vocês aprovaram antes da gente fazer a apresentação para vocês. E ela estabeleceu
498 os procedimentos para eleição e também para a renovação do cadastro. Além disso,
499 trouxe todos os prazos que a eleição ia ter.

500 No dia 1º de outubro as entidades foram informadas sobre os procedimentos
501 de cadastro e tiveram o prazo para protocolar até dia 30 de outubro. Então a gente
502 recebeu a solicitação de inscrição de quatorze entidades, eu não vou ler o nome de
503 todas elas, mas a lista de todas as entidades está no nosso site. Quem quiser acessar,
504 até os procedimentos para cadastro estão lá para todos os interessados.

505 Das organizações que solicitaram cadastro apenas duas não foram
506 aprovadas naquele momento, que foi a Federação dos Trabalhadores da
507 Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fetraf Paraná, pelo CEENG entender
508 que a Fetraf não se enquadrava como organização ambientalista e o Instituto
509 Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes,
510 porque eles não apresentaram um documento complementar. Mas, a qualquer
511 momento em que eles apresentarem esse documento complementar, também
512 passam a fazer parte do Comitê, do CEENG.

513 A gente abriu um período de candidatura, até o dia 24 de novembro de 2020,
514 e tivemos como candidatas a Mater Natura, SPVS, o Instituto internacional
515 Arayara, o Observatório de Justiça e Conservação, o CEDEA, o Grupo
516 Universitário de Pesquisas Espeleológicas, o Instituto Guardiões da Natureza, a
517 Associação Marbrasil e o Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná.

518 Depois disso, a eleição ocorreu, como eu falei para vocês, em plataforma
519 digital, foi completamente digital pelo *LimeSurvey* no dia 3 novembro. Todos os

520 participantes receberam um link e as inscrições previamente, como aconteceriam
521 à eleição, e apuração de votos aconteceu via videoconferência com todos os
522 membros da Comissão Eleitoral e aberta a todos os cidadãos que tivessem interesse
523 em acompanhar a apuração.

524 Então, ali dentro do programa ele já gera, automaticamente, a porcentagem
525 de votos de cada instituição e aqui abaixo a gente colou o relatório como fica, para
526 vocês verem a transparência da eleição que contou com essas instituições. O
527 resultado da eleição foram quatro entidades titulares e quatro entidades suplentes,
528 conforme o número de votos, que são as seguintes: como titulares o Centro de
529 Estudos e Defesa de Educação Ambiental - CEDEA, Mater Natura, Instituto de
530 Estudos Ambientais, Observatório de Justiça e Conservação - OJC, SPVS - Estudo
531 de Pesquisa em Vida Selvagens e Educação Ambiental; como suplentes o Grupo
532 Universitário de Pesquisas Espeleológica - GUPE, Associação Marbrasil, Grupo
533 de Estudo Espeleológico do Paraná e Instituto Guardiões da Natureza.

534 Esse foi um processo que foi inovador aqui no Conselho. Esse ano, como o
535 Secretário disse, foi um ano de muitas mudanças na questão da nova forma da
536 gente se reunir. Então foi muito importante a gente implantar isso e ter dado tão
537 certo assim, porque provavelmente será usado não só em outros anos mas em
538 outros Conselhos.

539 Então queria agradecer, como presidente da Comissão Eleitoral, todas as
540 entidades que estiveram atentas a tudo, foram extremamente colaborativas e
541 fizeram parte de todo esse processo eleitoral. Muito obrigada.

542 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Lari, você poderia
543 esclarecer, causou-me surpresa o Instituto Chico Mendes não foi aprovado?

544 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Não. Não sei se você vai
545 se recordar, a gente tem a Ata...

546 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Não, não. É no site consta
547 o nome deles.

548 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- A gente vai rever isso, mas
549 eles não tinham sido aprovados. Obrigada pela observação.

550 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Olhei o site hoje, peguei
551 as organizações e lá consta o Instituto Internacional Socioambiental Chico
552 Mendes.

553 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Eu vou verificar e qualquer
554 coisa atualizo no site. Obrigada.

555 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Então não foi aprovado.

556 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Não.

557 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Está bom.

558 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Muito obrigada.

559 O Sr. Secretário Executivo:- Fabiana, é com você novamente.

560 A Sra. Presidente:- Muito obrigada, Lari, tanto pela apresentação quanto
561 pelo seu trabalho enquanto presidente da Comissão Eleitoral, por compartilhar
562 conosco como foi o processo.

563 Nós vamos passar para o item ‘c’ da pauta, onde a gente vai validar a
564 deliberação da resolução que altera a Resolução Cema n.º 088/2013 que
565 “Estabelece critérios, procedimentos e tipologias para o licenciamento ambiental
566 municipal de atividades, obras e empreendimentos que causem ou possam causar
567 impacto de âmbito local e determina outras providências.”

568 O Sr. Secretário Executivo:- Fabiana, com licença. (Assentimento). Temos
569 uma solicitação, vou até dizer o número para ficar registrado na Ata, é o Processo
570 n.º 17.335.572-6, subscritos pelos Conselheiros do Observatório de Justiça e
571 Conservação, CEDEA, SPVS e Mater Natura, solicitando vista nesse processo.

572 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- A
573 Fetraf também, João.

574 O Sr. Secretário Executivo:- Em nosso regimento, a Dra. Edneia está aqui
575 para apoiar nesta discussão, está claro que todos os Conselheiros, é facultado a
576 todos os Conselheiros requerer vista do processo. Art. 60 - É facultado a qualquer
577 Conselheiro requerer vista uma única vez, devidamente justificado, de matéria
578 ainda não votada, solicitar a retirada de pauta de matéria de sua autoria.

579 Está aqui o pedido de vista e devolvo a palavra para encaminharmos esse
580 processo.

581 A Sra. Presidente:- Ok. Peço desculpas, não estava aqui no meu roteirinho
582 o pedido de vista. Gostaria de dizer que é um direito do Conselheiro ou dos
583 Conselheiros, como foi mais de um que solicitou o pedido de vista. Está concedido
584 e nós retiramos o item c da pauta.

585 O Sr. Secretário Executivo:- Fabiana, queria pedir desculpas. Esta
586 solicitação chegou recente, agora há pouco, até a gente conversou numa reunião
587 com o Secretário Márcio Nunes, realmente não deu tempo de refazer o seu roteiro.
588 Então, a falha não foi sua, foi minha mesmo.

589 E encaminhando esse processo, dá-se da seguinte forma: a matéria será
590 retirada, concedido o pedido de vista, as instituições que solicitaram, que
591 requereram vista tem o prazo de quinze dias, prorrogado por mais cinco, para
592 elaborar um relatório detalhado dos pontos a ser levantados. Após esse período,
593 esse auto retornará para a Secretaria Executiva que fará os encaminhamentos para
594 a avaliação das solicitações, indicações, enfim, de todas as questões levantadas
595 nesse relatório. Posteriormente será avaliado e colocado em discussão novamente
596 por essa Plenária.

597 Então o processo está com a vista concedida, já vamos encaminhar via e-
598 mail para os requerentes. Mas está aberto ainda, esse processo está na pauta,
599 qualquer um pode ter acesso, mas as instituições que solicitaram vista, tem o prazo
600 de quinze dias e se for prorrogado tem que fazer a solicitação. Então mais cinco
601 dias, para fazer esse processo retornar para nós em vinte dias. Caso não retorne no
602 dia, de acordo com o Parágrafo 3º desse artigo, na hipótese do não cumprimento
603 do prazo, o parecer será desconsiderado. Dou ciência quanto ao prazo e que
604 retornem com o relatório dentro do prazo estipulado para que a gente possa dar os
605 encaminhamentos devidos. Ok? Alguma dúvida?

606 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
607 Presidente, por gentileza.

608 A Sra. Presidente:- Pois não, pode falar, Arthur.

609 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Na
610 condição de Conselheiro e também como um que pediu vista, em conversa com os
611 demais Conselheiros, nós queremos colocar aqui que essa resolução possui

612 algumas falhas técnicas. Já chamamos algumas universidades para discutir essa
613 questão, somente dos aquíferos, a questão da exploração da água, a questão dos
614 bosques e também algumas resoluções que existem no CMBio como a questão da
615 exploração de aquíferos. Então, queria colocar, Presidente, aos demais
616 Conselheiros, que o pedido de vista não é uma questão de oposição contra o
617 Governo ou qualquer coisa nesse sentido.

618 Nós queremos realmente discutir uma questão mais técnica, porque
619 entendemos que deveria ter passado por alguma Câmara Técnica do Conselho para
620 discussão disso. Então eu gostaria que a Presidente pudesse encaminhar para uma
621 Câmara Técnica, após a nossa manifestação, o parecer que vamos dar sobre essa
622 resolução. E pedir, desde já, à Presidente, que fosse encaminhado para uma
623 Câmara Técnica para melhor apuração desses dados.

624 E segundo ponto, também, Presidente, é colocar que, além dessas questões
625 mais técnicas desse parecer que a gente vai trabalhar nesses quinze dias, nós
626 necessitamos de um maior diálogo, porque as entidades e as universidades não
627 foram chamadas para o grupo de trabalho, principalmente algumas associações que
628 aqui estão presentes.

629 Então nós solicitamos que, caso haja esse entendimento por parte da
630 Presidência para que seja encaminhado a uma Câmara Técnica, chame as demais
631 associações que são tecnicamente preparadas, como a APRE e as demais que aqui
632 estão presente, para fazer uma discussão mais consistente sobre essa resolução.

633 Era isso que eu queria colocar, Presidente. E também, eu passei por cima,
634 desejo uma boa tarde para todos e para todas, e estamos à disposição da Secretaria
635 para fazer qualquer tipo de discussão nesse sentido. Muito obrigado pela
636 oportunidade. Obrigado, João. Obrigado, Presidente.

637 A Sra. Presidente:- Eu agradeço. Só um pouquinho, Adriano, é que a Edneia
638 está aqui ao meu lado e ela tinha pedido a palavra. Só um minutinho, por favor. Eu
639 vou passar para Dra. Edneia.

640 A Sra. Edneia Ribeiro Alkamin (SEDEST):- Boa a tarde a todos. Só queria
641 esclarecer aquilo que o Arthur colocou de que essa resolução não passa por
642 Câmaras Técnicas. Nos reunimos em um grupo de trabalho onde cada membro de

643 uma Comissão Técnica participou, em virtude de que ela é tão complexa que ela
644 teria que passar por cada Câmara Técnica. Nesse sentido, membros que compõem
645 as Câmaras Técnicas participaram exaustivamente da construção dessa resolução.
646 Lembrando que essa resolução vem sendo trabalhada desde 2017, quando o
647 Ministério Público entrou com uma nota técnica junto ao IAT demonstrando
648 algumas irregularidades que estavam acontecendo com os municípios no
649 licenciamento daquelas tipologias que já estavam liberadas.

650 Desde então temos participado, já tivemos mais de quinze reuniões, eu sou
651 a coordenadora desse grupo técnico onde o Ministério Público atuou ativamente
652 em todas as reuniões, e representantes de cada Câmara Técnica também
653 participaram, além do que convidamos para participação dessa nova construção
654 aqueles municípios que já estavam licenciando, até para entender como é que
655 estava o licenciamento na ponta, porque é lá que a gente tem a experiência de como
656 estava sendo feito.

657 Então, não foi uma coisa que a gente trabalhou fechada, ela foi aberta. E
658 nos últimos anos, em 2017 e em 2018 foram realizadas acho que dez reuniões, em
659 2019 reuniões também com a área técnica, procurando fazer com que esta
660 resolução tivesse um link direto com a questão digital para que o IAP pudesse fazer
661 esses acompanhamento. Então a área de informática também participava
662 ativamente. E, por último, tivemos esse exercício por duas reuniões, lembrando
663 que todas elas, o Ministério Público, o Dr. Gaio e toda sua equipe técnica,
664 contribuiu ativamente para essa reunião.

665 Então são esses esclarecimentos que eu queria colocar para mostrar que nós
666 não fizemos só um grupo fechado.

667 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Por
668 gentileza, Presidente.

669 A Sra. Presidente:- Por favor.

670 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Não
671 é a questão do Ministério Público participar. Não teve a participação das
672 universidades, não teve a participação dos técnicos das ONGs. Não é porque
673 alguns membros das Câmaras Técnicas, que são de Secretarias, foram chamados

674 para participar do grupo de trabalho, mas uma questão mais consistente sobre esse
675 parecer, sobre essa resolução que tem equívocos e equívocos grossos. Não é
676 porque o Ministério Público participou que está tudo ok. Existem problemas
677 gravíssimos nessa resolução que já foram apontados por técnicos, foram apontados
678 pelo Professor Eduardo Salamuni, que é ex-Mineropar.

679 A Sra. Edneia Ribeiro Alkamin (SEDEST):- Só para colocar, não estou
680 dizendo que porque o Ministério Público participou ela é ótima...

681 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
682 Estou falando, por gentileza. É a minha fala.

683 A Sra. Edneia Ribeiro Alkamin (SEDEST):- Estou dizendo que... Desculpe,
684 não precisa...

685 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
686 Primeiro ponto, as entidades não foram chamadas para participar, as universidades
687 não foram chamadas para participar. Não quer dizer que o Ministério Público
688 participou que está tudo ok a resolução. O que nós precisamos fazer é uma
689 convergência entre as entidades e a questão técnica para depois conseguirmos
690 chegar numa questão mais elaborativa, propositiva, que possa vir contribuir para o
691 Estado do Paraná e que possa contribuir para os municípios, porque tem muitos
692 municípios que não vão ter condições de tocar tecnicamente o que está ali.

693 Isso que gostaríamos de colocar aqui. Obrigado, Presidente. E desculpa
694 mais uma vez a minha colocação, mas quando um Conselheiro está falando é
695 necessário que os demais Conselheiros respeitem a fala. Obrigado, Presidente.

696 A Sra. Edneia Ribeiro Alkamin (SEDEST):- Só para colocar que a gente
697 não está desrespeitando não. Houve um problema de ruído de comunicação aqui
698 que nós não te ouvimos, mas de maneira alguma. A gente conhece muito bem o
699 regimento interno e sabemos quando nós temos que nos calar. Eu só queria colocar
700 que estamos aqui com pessoas esclarecidas, com pessoas que têm educação e não
701 precisa ser dessa forma que a gente vai conduzir um procedimento.

702 Esclarecendo também que o MP em nenhum momento manda. E eu não
703 quis nem dizer isso. Só esse esclarecimento que eu quero fazer. Nós fizemos com
704 questões técnicas e não foram só órgãos estaduais. Estão aí vários membros que

705 estão participando hoje de entidades não governamentais que participaram na
706 reunião.

707 Era só esse o esclarecimento que eu tinha para fazer.

708 A Sra. Presidente:- Obrigada, Dra. Edneia. Passo a palavra ao Adriano.

709 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Eu só queria me dirigir
710 ao João Batista, esses quinze dias são corridos ou dias úteis?

711 A Sra. Presidente:- São dias corridos, Adriano.

712 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Obrigado.

713 O Sr. Secretário Executivo:- Parece-me que o Helder também está inscrito,
714 Presidente.

715 A Sra. Presidente:- Helder, por favor.

716 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/Paraná):- Obrigado, João.
717 Obrigado, Presidente. Eu participei do grupo de trabalho e estou plenamente de
718 acordo com o texto da resolução proposta, mas em algumas reuniões inclusive
719 coloquei esse problema que eu entendo que talvez esteja contra o regimento interno
720 do Conselho. Eu concordo que depois de passar por esse grupo de trabalho, um
721 grupo bastante diverso, enfim, tínhamos representantes de várias entidades, mas
722 acho que depois disso deveria ser submetida a uma Câmara Temática a qual
723 submeteria depois ao plenário, passando nesse caminho ainda pela assessoria
724 jurídica.

725 Então concordo com essa opinião do Arthur, ainda que eu esteja plenamente
726 de acordo com o texto da resolução. Acho que por segurança jurídica, eu concordo
727 que deveria passar por uma Câmara Temática.

728 A Sra. Presidente:- Obrigada, Helder. Aqui para mim não aparece mais
729 ninguém que pediu a palavra. Tem mais alguém que gostaria de se manifestar a
730 respeito desse tema? (Pausa). Não tendo ninguém, então que fique registrado em
731 Ata que foi solicitado pedido de vista, que eles têm quinze dias para se manifestar,
732 quando do retorno tomaremos as providências necessárias. Fica aqui o registro
733 também do Conselheiro Arthur, sobre a solicitação de que seja encaminhado para
734 uma área, depois disso vai para uma avaliação.

735 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
736 Presidente.

737 A Sra. Presidente:- Pois não.

738 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
739 Solicite para o pleno se mais alguém quer seguir o nosso pedido de vista, porque
740 outros Conselheiros podem seguir o nosso pedido de vista. Eu pedi vista, mas pode
741 ser que outras entidades queiram seguir o nosso pedido de vista.

742 A Sra. Presidente:- Mais alguém gostaria de acompanhar o pedido de vista?
743 Se sim, peço a gentileza que se manifeste por meio do chat.

744 Vamos dar andamento para o item 'd' da pauta: “Deliberação da Minuta de
745 Resolução que estabelece os critérios e procedimentos para o gerenciamento de
746 resíduos sólidos no Estado do Paraná.”

747 Passo a palavra à Ivonete.

748 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- Boa tarde a todos. Eu vou
749 fazer a apresentação da revisão do Cema 050/2005. Primeiro uma apresentação
750 como revisão do porquê da revisão. Lari, será que eu consigo compartilhar a tela?

751 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Consegue sim.

752 O Sr. Secretário Executivo:- Enquanto carrega a apresentação, quero dizer
753 que estão presentes aqui também vários convidados, vários técnicos, enfim,
754 pessoas que participaram dos dois grupos de trabalho que discutiu a Resolução 050
755 e o grupo de trabalho também que discutiu a Resolução 088. Então queria
756 agradecê-los pela presença e convidá-los para que na próxima reunião, quando
757 formos discutir a Resolução 088, para que estejam presentes também para ajudar
758 no debate. Fica enriquecedor e cada vez mais a gente consegue dar esse polimento
759 final nas nossas deliberações. Muito obrigado pela presença de vocês todos.

760 O Sr. Celso Alves de Araújo (SMMA Guarapuava):- Valeu, João Batista.
761 Guarapuava, estamos aqui presentes e continuamos nas próximas reuniões.

762 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- Vou comentar o porquê da
763 revisão, daí a gente passa à revisão propriamente dita.

764 Vejam, a Resolução 050 é de 2005, então há mais de quinze anos que nós
765 estamos com ela e alguns artigos não deixavam claros, principalmente a questão

766 da importação de resíduos. O Art. 2º proibia alguns resíduos, o Art. 3º também
767 proibia alguns resíduos e o Art. 4º permitia a entrada de alguns resíduos no Estado
768 do Paraná. Pois bem, tínhamos vários resíduos que não eram nem permitidos nem
769 proibidos, e isso trouxe muito problema para a Câmara Técnica para avaliar os
770 processos que vinham de fora do Estado. Com isso, já há algum tempo, estamos
771 tentando fazer a revisão dessa resolução para deixá-la bem mais clara.

772 Pois bem. Outra questão seria a questão de alguns conceitos mais
773 atualizados de resíduos sólidos. No gerenciamento de resíduos sólidos, levando em
774 consideração que hoje temos a Política Nacional de Resíduos também, com a lei
775 federal e nossas questões também dentro do Estado do Paraná, com novas
776 tecnologias, novos sistemas de tratamento da disposição final de resíduos.

777 Então, vou apresentar agora a Resolução.

778 Aqui os Considerando, principalmente a questão da lei estadual que criou o
779 Instituto “Água e Terra”, e o disposto na Lei Estadual n.º 12.493/99 e o Decreto n.º
780 6.674/02 que estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à
781 geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e
782 destinação dos resíduos.

783 Aqui vale a pena salientar a questão do Decreto Estadual n.º 6.674 que
784 define que os resíduos que vêm de fora tem que ser aprovados pelo Conselho, e
785 por isso dessa Resolução 050 ser estabelecida pelo Conselho. Então tem que ser
786 definida pelo Conselho e ouvido o Instituto Água e Terra. E também isso
787 dependeria de uma troca de uma resolução específica do tema. A primeira
788 resolução foi a Resolução n.º 006/2001, depois tivemos a Resolução n.º 050/2005
789 e agora estamos fazendo a revisão dessa mesma Resolução n.º 050. Ok?

790 Vamos para os artigos.

791 Art. 1º - Estabelecer critérios e procedimentos para o Gerenciamento de
792 Resíduos Sólidos no Estado do Paraná, contemplando as atividades de transporte,
793 coleta, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos.

794 Então essa resolução complementa a Resolução n.º 050, porque a Resolução
795 n.º 050 falava mais do que poderia ser recebido pelo Estado do Paraná. E aqui,

796 como falei, tem alguns conceitos novos, coisas que precisavam já estar englobadas
797 numa resolução.

798 Aqui a definição da atividade, do gerenciamento dos resíduos, autorização
799 ambiental que é o ato administrativo de acordo com a definição na Resolução
800 Cema 107.

801 Aqui a Coleta.

802 O CDR, que é um conceito novo, é combustível derivado de resíduos,
803 preparado a partir de resíduos com poder calorífico e se separa. Faz-se uma
804 separação manual e/ou mecânica, trituração, para que essa fração que foi separada
805 forme um combustível derivado de resíduos - CDR.

806 O Coprocessamento, temos uma resolução também do Conselho, uma
807 resolução específica que também está em fase de revisão.

808 Destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que são
809 as destinações que são admitidas pelos órgãos ambientais competentes, que
810 minimizem, que não tragam risco à saúde e à segurança e a minimização dos
811 impactos ambientais.

812 Destruição térmica: processo de oxidação à alta temperatura que destrói ou
813 reduz o volume de um material ou resíduo. Quando temos um material que não
814 tem aproveitamento energético, não tem aproveitamento como matéria-prima ou
815 que possa ser aproveitado em processo industrial, a sua destinação final seria uma
816 destruição térmica. Não tem como ser absorvido, reciclado ou reaproveitado.

817 Geração: todo ato ou efeito de produzir resíduos sólidos.

818 Geradores de Resíduos Sólidos: pessoas físicas ou jurídicas de direito
819 público ou privado, que gerem resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas
820 incluído o consumo.

821 Gerenciamento de Resíduos Sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou
822 indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação
823 final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final
824 ambientalmente adequada dos rejeitos.

825 Licença de Operação: ato administrativo, também definida na Resolução
826 Cema 107, que após a verificação de todas as medidas de controle ambiental e de

827 condicionantes determinadas pelo órgão ambiental dá direito de determinado
828 empreendimento operar.

829 Lodo de Esgoto Higienizado: lodo de esgoto ou produto derivado
830 submetido a processo de tratamento de redução de patógenos, de acordo com os
831 níveis estabelecidos na legislação vigente.

832 Mistura de Resíduos (Blend): mais comumente chamado de Blend, é o
833 material resultante de Unidades de Preparo de Resíduos - UPR, e podem ter
834 também até um CDR, com características que possibilite ser utilizado para o
835 aproveitamento sustentável, independente de sua característica física.

836 Reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a
837 alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à
838 transformação em insumos ou novos produtos.

839 Rejeito: resíduos sólidos que depois de esgotadas todas as possibilidades de
840 tratamento e recuperação por processos disponíveis e economicamente viáveis,
841 não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente
842 adequada.

843 Resíduo Domiciliar Bruto: é o bruto mesmo como chamamos, são os
844 resíduos que são coletados, coleta pública de esgoto e que não passaram por
845 sistemas de triagem, classificação ou tratamento.

846 Aí vem a definição de Resíduos Sólidos, que é uma definição da norma da
847 ABNT de 2004, que podem ser resíduos sólidos e semissólidos, que resultam de
848 atividades de origem industrial, doméstica e até alguns tipos de efluentes líquidos
849 e pelas suas particularidades não podem ser lançadas na rede pública ou corpos de
850 água.

851 Resíduos Sólidos Industriais; Resíduos de Serviços de Saúde.

852 Transbordo: ponto intermediário entre o local de geração e o local de
853 tratamento e destinação final do resíduo, e principalmente o transbordo é utilizado
854 com o objetivo de otimizar o transporte dos resíduos, reduzindo o tempo e o custo
855 de operação.

856 Transporte.

857 Tratamento: o processo de transformação de natureza física, química ou
858 biológica a que um resíduo sólido é submetido para minimização do risco à saúde
859 pública e à qualidade do meio ambiente.

860 Unidade de Preparo de Resíduos Sólidos (UPR): planta de mistura e pré-
861 condicionamento de resíduos sólidos, através de operações específicas
862 (processamento, trituração, tratamento, segregação, homogeneização entre outras)
863 que tem por finalidade o preparo de lotes de resíduos com determinadas
864 características para o aproveitamento de forma sustentável.

865 Uso de Resíduos para fins agrícolas: utilização de resíduos sólidos em áreas
866 destinadas à produção agrícola e silvicultura como fertilizantes/corretivos ou como
867 matéria-prima de fertilizantes/corretivos, de modo a proporcionar efeitos
868 comprovadamente benéficos para o solo e espécies neles cultivadas.

869 Agora o Capítulo II - Dos empreendimentos e atividades de gerenciamento
870 de resíduos sólidos.

871 Art. 3º. Estão sujeitos a autorização ambiental os procedimentos de coleta,
872 transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final
873 de resíduos sólidos, de acordo com a legislação vigente. Parágrafo Único: Os
874 empreendimentos que realizem os procedimentos listados no caput deste artigo,
875 deverão obrigatoriamente ter a respectiva Licença Ambiental para operação
876 emitida pelo órgão ambiental competente.

877 O que isso quer dizer? Vem um resíduo de fora ou mesmo um resíduo que
878 sai do Paraná, que vá para outro Estado, temos que ter a certeza de quem vai
879 receber esse resíduo tenha uma licença de operação, uma licença simplificada. Isso
880 é bastante importante.

881 Agora o Capítulo III - Da importação de resíduos oriundos de outros estados
882 da federação, que é o mais importante para clarear o que o Estado do Paraná pode
883 importar de resíduos.

884 Art. 4º. Não será autorizada a importação dos seguintes resíduos oriundos
885 de outros Estados da Federação: I - Resíduos de Serviço da Saúde, com exceção
886 dos produtos farmacêuticos pertencentes ao grupo B, conforme RDC 222/2018 -
887 somente esse tipo de resíduo pode ser destruído termicamente; II - Resíduos

888 contaminados com substâncias químicas classificadas como Poluentes Orgânicos
889 Persistentes (POPs), conforme listados e quantificados na Convenção de
890 Estocolmo. Exceto: a) Transformadores e capacitores drenados, isto é, sem óleo
891 em seu interior, para descontaminação, com a obrigatoriedade de comprovação da
892 destinação final adequada do material descontaminado - ou seja, toda aquela parte
893 metálica para ser reciclada, retrabalhada e descontaminada, temos que ter certeza
894 para onde foi esse material, porque sempre após a descontaminação tem que ser
895 realizada análise desse material para ver se realmente foi descontaminado; b)
896 Óleos (fluídos) contaminados com PCB em níveis inferiores a 50 mg/kg, para fins
897 de reciclagem e/ou recuperação, níveis estes que devem ser comprovados através
898 de laudo de laboratório com CCL - Certificado de Cadastramento de Laboratórios
899 de Ensaio Ambientais e de Equipamentos, para medições ambientais, nos termos
900 da Resolução CEMA 100/2017, com a obrigatoriedade de comprovação da
901 destinação final adequada do óleo reciclado/recuperado. A questão dos tóxicos é
902 muito importante, porque os tóxicos têm um prazo para serem totalmente
903 eliminados. Isso em nível mundial. Existem tecnologias que podem eliminar os
904 tóxicos, mas temos que ter certeza se esse material CDR foi realmente trabalhado.
905 Pode-se dizer que são resíduos de uma periculosidade bastante grande.

906 Resíduos radioativos; Resíduos explosivos; Resíduos para destruição
907 térmica, exceto nos casos de interesse público, devidamente comprovado - neste
908 caso, aquilo que falei, não pode ser utilizado como um substituto do combustível,
909 de matéria-prima ou qualquer outra utilização de reciclagem. Neste caso não pode
910 vir de fora, a não ser de interesse público. Digamos que tenha um problema de
911 contrabando, muitas vezes a Receita Federal tem alguns materiais que podem ser
912 destruídos termicamente. Então, neste caso, seria de interesse público aí poderia
913 ser importados aqui no Estado do Paraná.

914 Mistura de Resíduos ou Blend e/ou CDR: provenientes de outro estado da
915 federação, exceto para fins de aproveitamento energético e/ou de matéria-prima,
916 desde que a planta esteja devidamente licenciada pelo órgão ambiental
917 competente.

918 Efluentes Líquidos Brutos: efluentes gerados em uma atividade industrial,
919 exceto para fins de coprocessamento quando seu tratamento for inviável técnica e
920 economicamente, face a melhor tecnologia disponível no estado de origem e com
921 ganho energético comprovado. É o que fala até na definição de resíduos sólidos,
922 existem efluentes que não tem tratamento técnico e economicamente viável. Então
923 podem e estamos considerando esses efluentes como resíduos sólidos.

924 Resíduos Sólidos para disposição em aterro sanitário ou aterro industrial.
925 §1º. A proibição que se refere este caput não abrangem os resíduos sólidos urbanos
926 provenientes da gestão conjunta/integrada de municípios conurbados, sendo um
927 destes obrigatoriamente localizado no Paraná. Vou dar um exemplo aqui. Por
928 exemplo, pode ter um consórcio entre o município de União da Vitória e Porto
929 União, então esse resíduo pode vir, porque é uma gestão conjunta.

930 §2º. A proibição a que se refere este caput não abrangem resíduos sujeitos
931 a logística reversa, implementada em âmbito nacional, estadual ou regional, por
932 meio de regulamento, acordo setorial ou termo de compromisso.

933 Capítulo IV - Disposição em Aterro.

934 Art. 5º. Fica proibida a disposição final em aterros localizados no Paraná
935 dos resíduos com potencial energético listados abaixo, mesmo que gerados no
936 Estado do Paraná: I - Borrás Oleosas; II - Borrás de processos petroquímicos; III -
937 Borrás de fundo de tanques de combustíveis e de produtos inflamáveis; IV -
938 Elementos filtrantes de filtros de combustíveis e lubrificantes; V - Solventes e
939 borras de solventes; VI - Borrás de tintas à base de solventes; VII - Ceras contendo
940 solventes; VIII - Panos, estopas, serragem, EPIs, elementos filtrantes e absorventes
941 contaminados com óleos lubrificantes, solventes ou combustíveis (álcool,
942 gasolina, óleo diesel, etc.); IX - Lodo de caixa separadora de óleo com mais de 5%
943 de hidrocarbonetos derivados de petróleo ou mais 70% de umidade; X - Solo
944 contaminado com combustíveis ou com qualquer um dos componentes acima
945 identificados; XI - Pilhas e baterias; XII - Identificar outros. Parágrafo único. O
946 prazo para cumprimento deste artigo será estabelecido por portaria específica do
947 Instituto Água e Terra.

948 Essa proibição foi estabelecida na Portaria IAP 212/2019 e o prazo venceu
949 agora no mês de setembro que passou. Isso foi solicitado pelos geradores de
950 resíduos, de uma maneira geral, para que esse prazo fosse ampliado. Foi feita uma
951 revisão na substituição da Portaria, no que diz respeito ao prazo, e ficou para março
952 de 2022. Então foi dado mais um prazo, porque não temos logística para o
953 transporte desse material até onde pode ser aproveitado como combustível. São
954 várias forma de aproveitamento como combustível desse material. Não seria só o
955 caso do coprocessamento, tem outras formas também.

956 Capítulo V - Uso de resíduos para fins agrícolas.

957 Art. 6.º Não será autorizado para fins agrícolas o uso dos seguintes resíduos:

958 I - Resíduos sólidos gerados em outros Estados e destinados no Estado do Paraná,
959 com exceção de resíduos que serão utilizados como matéria-prima em indústrias
960 de fertilizantes/corretivos, desde que o estabelecimento receptor, matéria-prima e
961 produto final, esteja devidamente regularizado no MAPA - Ministério da
962 Agricultura, Pecuária e Abastecimento; II - Resíduos sólidos classificados como
963 Classe I, de acordo com a NBR 10.004/04; III - Resíduos de serviço de saúde
964 conforme RDC 222/2018; IV - Resíduos sólidos de origem de efluentes sanitários
965 ou mistura deles, com exceção de lodos de esgoto gerado em estação de tratamento
966 de esgoto sanitário e seus produtos derivados, conforme legislações pertinentes em
967 vigor - tem uma Resolução do Conama que fala sobre o uso do esgoto e temos a
968 nossa também na própria 212 e uma normal estadual bem abrangente; V - Resíduos
969 e efluentes gerados no tratamento de efluente sanitário, com exceção do lodo de
970 esgoto gerado em empreendimentos específicos de saneamento, conforme
971 legislação pertinente em vigor; VI - Resíduos e efluentes que contenham
972 substâncias consideradas contaminantes para o solo e/ou não apresentem potencial
973 agrônômico e efeitos benéficos que justifique sua utilização na agricultura.
974 Parágrafo único. Para o uso agrícola de resíduos gerados em tratamento de
975 efluentes industriais ou em sistemas que misturem com efluente sanitário, será
976 analisado caso a caso, considerando a proporção da vazão do efluente sanitário
977 tratado em relação a vazão total do sistema.

978 Art. 7º. A comercialização ou cessão de resíduos para terceiros, para uso
979 agrícola somente será autorizada com o registro ou autorização pelo MAPA.

980 Art. 8º. A unidade geradora de fertilizantes que utiliza resíduos como
981 matéria-prima deverá proceder ao licenciamento ambiental específico pelo órgão
982 ambiental competente.

983 Capítulo VI - Considerações Gerais.

984 Art. 9º. O órgão ambiental estadual terá um prazo de 6 (seis) meses para
985 análise de cada autorização ambiental, com decisão motivada técnica e legal, a
986 contar da data do protocolo. Esse prazo já é estabelecido na Resolução Cema
987 107/2020. § 1º. A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa
988 durante a solicitação de elaboração e apresentação de informações ou estudos
989 complementares. § 2º. Os requerimentos de autorização ambiental não instruídos
990 de acordo com os critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente serão
991 indeferidos, caso não sejam apresentadas as justificativas e complementações
992 analisadas como necessárias pela Câmara Técnica, em um prazo de até 30 (trinta)
993 dias a contar da comunicação ao interessado. Art.10. Para queima de resíduos em
994 caldeira, o interessado deverá requerer autorização ambiental para teste de queima,
995 de acordo com a Resolução SEMA 042/2008 ou outra que venha a substituí-la.
996 Art.11. O armazenamento temporário só será permitido por prazo não superior a
997 12 (doze) meses. Art.12. Os documentos, estudos ambientais e termos de
998 referência a serem exigidos nas etapas de licenciamento ambiental e autorização
999 ambiental serão indicados por meio de portaria específica do órgão ambiental
1000 estadual.

1001 Capítulo VII - Considerações Finais.

1002 Art.13. O não cumprimento do disposto nesta Resolução acarretará aos
1003 infratores as sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, no Decreto Federal nº
1004 6.514/08 e demais leis específicas.

1005 Art.14. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando
1006 revogada a Resolução CEMA 050/2005.

1007 É isso.

1008 A Sra. Presidente:- Obrigada, Ivonete. Parabéns pelo trabalho. Obrigada
1009 pela explanação. Abro a palavra para quem quiser fazer alguma manifestação a
1010 respeito da deliberação.

1011 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Tem uma inscrição do
1012 Guilherme. Quando for falar, por favor, apresente-se dizendo o nome completo e
1013 a instituição.

1014 A Sra. Presidente:- Guilherme, então a palavra está com você.

1015 O Sr. Guilherme Gomes (Ambipar Revalore):- Boa tarde. Sou Guilherme
1016 Gomes, trabalho na Ambipar Revalore, participei do grupo de trabalho e estou
1017 acompanhando o andamento das alterações da Resolução.

1018 Vejo esse trabalho como uma grande oportunidade para desburocratizarmos
1019 o nosso fluxo de materiais dentro do Estado e também para prospectar
1020 oportunidades fora dele, que existem bastantes.

1021 Fiz alguns apontamentos ali no chat de algumas propostas que eu acho que
1022 que são viáveis, que a gente vê que ocorrem em estados vizinhos e com isso o fluxo
1023 de material se torna mais fluído, mais eficiente e, conseqüentemente, também fica
1024 mais fácil de atender aquele outro requisito da própria SEMA que é reduzir a
1025 disposição em aterros.

1026 Acho que uma das nossas oportunidades nessa discussão não é só proibir
1027 aquilo que a gente acha que pode trazer algum risco maior para o Estado, como
1028 poderia também tornar o fluxo das outras tecnologias mais dinâmica e mais
1029 eficiente. E aí, para isso, eu coloquei algumas propostas ali que eu acho que vão
1030 nesse sentido, que ela se torna uma atividade menos burocrática e também dão
1031 mais liberdade para as indústrias e para as empresas trabalharem com as suas
1032 especificações técnicas, claro que sempre seguindo as condicionantes das licenças
1033 e os cuidados ambientais.

1034 Então eu fiz as colocações ali e estou à disposição, caso alguém tenha
1035 alguma dúvida. Uma boa tarde para todos e bom trabalho.

1036 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- Vou responder, depois não
1037 sei se algum técnico gostaria de fazer alguma complementação.

1038 Veja, nós temos esse prazo de autorização ambiental que é definido na
1039 Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente que são seis meses. Acredito
1040 que só reformulando a própria Resolução. A questão do retorno automático. O
1041 Decreto n.º 6.674 define que precisa de autorização ambiental. Então não tem
1042 como fazer uma autorização automática. Automática, eu digo assim, que passe o
1043 prazo e o órgão não responda, porque hoje a maioria das nossas autorizações está
1044 sendo emitida de forma automática. Muitas das autorizações saem na hora. Foi um
1045 grande ganho de um tempo para cá e aí a fiscalização fazemos por amostras.
1046 Amostragem de qualquer erro que se veja, a empresa vai ser autuada, não só a
1047 empresa, mas a geradora, o gerenciador, o receptor, porque nos demos essa
1048 condição de poder ter uma autorização automática. Por isso a autorização, porque
1049 temos a questão da rastreabilidade dentro do nosso sistema de autorização
1050 ambiental.

1051 Não sei se respondi as suas dúvidas, Guilherme.

1052 O Sr. Guilherme Gomes (Ambipar Revalore):- Boa tarde, Ivonete. Eu
1053 conheço o fluxo hoje tanto das autorizações automáticas para dentro do Estado,
1054 mas não é necessariamente automática. Depois que você coloca os documentos aí
1055 sim é automático, mas para você conseguir as análises, as anuências, toda a
1056 documentação ela exige um certo tempo, um custo e também uma abertura de
1057 informações para os agentes do mercado que acaba ocorrendo e faz parte do
1058 processo.

1059 Sobre a questão do prazo, realmente não conheço toda essa parte legal, de
1060 decretos, normas e leis, mas eu acredito que se a gente quer um estado mais
1061 dinâmico para o fluxo de materiais, para a gente conseguir tratamentos alternativos
1062 e realmente não precisar mandar esse material para um fim que não aproveita nem
1063 energia e nem valor agregado no material, acho que a gente poderia aproveitar para
1064 ser mais dinâmico. A autorização automática funciona hoje para as empresas de
1065 dentro do Estado, mas se a gente tem material, por exemplo, de São Paulo, de Santa
1066 Catarina, que as indústrias daqui do Paraná têm interesse de receber, a autorização
1067 automática não funciona. É um processo antigo e burocrático.

1068 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- Sim, é definido pelo decreto
1069 que tem que passar pela Câmara Técnica. Por isso eu insisto, não tem como. E é
1070 um processo nosso. Nós, como órgão ambiental, temos que zelar pelo nosso meio
1071 ambiente. Não posso liberar resíduo de forma automática, como você fala, sem
1072 saber que tipo de resíduo que está chegando em nosso Estado. Desculpa, mas eu
1073 como técnica do órgão ambiental não sou favorável a este procedimento.

1074 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
1075 Presidente, por gentileza.

1076 A Sra. Presidente:- Pois não.

1077 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
1078 Presidente, só uma pergunta, porque assim, a reunião é do Conselho, certo? Esse
1079 senhor que está colocando essa questão junto da técnica, praticamente
1080 demonstrando questões de comércio, ele foi convidado para participar do
1081 Conselho, da reunião do Conselho?

1082 A Sra. Presidente:- Arthur, ele escreveu até ali no chat que ele está
1083 participando como ouvinte, porque foi convidado, ajudou, fez as contribuições
1084 para passar na elaboração.

1085 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
1086 Porque é uma questão particular sobre o privado. O privado sobre o estatal. Então,
1087 assim, eu gostaria que se mantivesse um respeito em relação à técnica aqui. Ok?
1088 Só uma consideração, Presidente. Obrigado.

1089 A Sra. Presidente:- Obrigada. Nós temos ainda o José Marcelo e o Mário.
1090 Só para deixar registrada a ordem. Ivonete, você terminou a sua manifestação?

1091 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- Sim, terminei.

1092 A Sra. Presidente:- Ok. Obrigada.

1093 O Sr. Guilherme Gomes (Ambipar Revalore):- Posso, finalizar, Presidente?

1094 A Sra. Presidente:- Pois não.

1095 O Sr. Guilherme Gomes (Ambipar Revalore):- Para não ficar nenhum mal
1096 entendido, até pela colocação do Arthur. A gente trabalha em parceria com os
1097 agentes públicos e privados, que são os fluxos de materiais que acontecem hoje.
1098 Então, é um trabalho de parceria. Por isso minhas ideias são propositivas e coloquei

1099 para avaliação do Conselho, porque acho importante. Como o João Campos falou,
1100 quanto maior a diversidade de ideias e de ponto de vista, acho que pode contribuir
1101 justamente para termos uma dinâmica maior no fluxo de materiais e
1102 conseqüentemente ter uma destinação ambiental mais adequada.

1103 O que eu coloco ali, vejo em estados vizinhos que funcionam bem também.
1104 Então é algo a mais, algumas ideias que coloquei à disposição e informações. Se
1105 precisarem de mais informações também estou à disposição. Boa tarde.

1106 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- Até gostaria de fazer uma
1107 complementação neste caso. O Estado do Paraná é um dos estados que mais recebe
1108 resíduos para coprocessamento. Embora Minas Gerais tenha mais fornos, os
1109 nossos fornos são os melhores para isso. Por isso temos que criar uma regra, dou
1110 o exemplo do coprocessamento porque temos muitos pedidos para isso. Agora
1111 imagine para outras tecnologias novas, como não vamos autorizar? Entendeu.
1112 Então é bem complicada essa situação.

1113 O Sr. Secretário Executivo:- Fabiana, antes de passar a palavra a quem está
1114 inscrito, gostaria de esclarecer que convidamos realmente o pessoal do grupo de
1115 trabalho para participar da reunião, mas agora no processo de discussão e
1116 deliberação somente os Conselheiros devem se manifestar. Os convidados só
1117 quando aberta a palavra a eles no sentido da sua condução ou de algum
1118 Conselheiro. O Mário, por exemplo, que está inscrito, participou e é relator do
1119 nosso grupo de trabalho que elaborou a proposta. Ele queria falar alguma coisa. Só
1120 para esclarecer essa questão.

1121 A Sra. Presidente:- Obrigada. Então, pela ordem, vi que o José Marcelo se
1122 inscreveu, depois vi que o Mário levantou a mão e agora a gente tem a Carla e
1123 depois a Ellery.

1124 Então, vou passar primeiro para o José Marcelo, depois para o Mário e
1125 depois na sequência.

1126 O Sr. Conselheiro José Marcelo Torezan (UEL):- Muito obrigado. Essa não
1127 é exatamente a minha área de atuação, então posso ter algumas dúvidas que talvez
1128 sejam óbvias para os outros, mas entendo que tem um grau de generalidade grande

1129 nessa Resolução. Vai abarcar muitas espécies químicas diferentes e também não
1130 seria possível exaurir, listar tudo.

1131 Então tem um recurso, a Convenção de Estocolmo, essa convenção talvez
1132 devesse entrar nas definições da lista do início e não só ser citada tão brevemente,
1133 porque acabou funcionando como um único bloqueio para aquelas substâncias que
1134 são muito perigosas. Então, ao invés de só citá-la de passagem como uma
1135 salvaguarda, colocar também na lista das definições no Art. 2º, o que é a
1136 Convenção de Estocolmo e já deixar indicado isso mais claramente.

1137 Nesse sentido também, efluente líquido bruto tornou-se bem importante.
1138 Aparece ali no Art. 4º, mas também não tem definição. Seria bom definir o que é
1139 exatamente efluente líquido bruto, porque ele foi usado no sentido técnico, não no
1140 sentido particular.

1141 E tem algumas coisas que acho que ficaram para trás, no Capítulo V, o sexto
1142 estava sem número na versão que eu examinei, deve ser enumerado. E ali, talvez,
1143 fosse o caso de exigir para esses compostos que vêm de lodo de esgoto, quem é da
1144 área talvez possa discordar, mas o teor máximo de metais pesados. Esse é um
1145 problema que pode acontecer com lodo de esgoto. Isso não está mencionado aí, se
1146 tiver isso como salvaguarda em alguma legislação correlata, tudo bem, mas senão
1147 seria interessante inserir. É basicamente isso.

1148 A Sra. Presidente:- Obrigada. Ivonete, quer considerar?

1149 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- Sim. José Marcelo, acho
1150 interessante, até acho que não teria problema colocar a definição da Convenção de
1151 Estocolmo, acho bastante importante. Com relação ao efluente líquido, nas
1152 definições a gente cita a norma ABNT 2004 e a definição de resíduo sólido está
1153 embutida nesta definição.

1154 Com relação ao lodo de esgoto também temos legislação específica, normas
1155 específicas para a utilização do lodo de esgoto. Então, tem os critérios e os limites
1156 de vários poluentes. Ok?

1157 O Sr. Conselheiro José Marcelo Torezan (UEL):- Ok. Obrigado.

1158 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- De nada.

1159 A Sra. Presidente:- Obrigada, Conselheiro José Marcelo. Passo a palavra ao
1160 Mário Esper.

1161 O Sr. Mário Esper (Cimento Portland):- Boa tarde a todas e todos,
1162 Presidente Fabiana. Em nome da Indústria de Cimento Portland do Paraná, gostaria
1163 de cumprimentar e parabenizar o Governo do Estado do Paraná por essa norma,
1164 brilhante norma, de vanguarda, uma norma moderna que, na minha opinião,
1165 inclusive deve servir de referência aos outros estados. Gostaria de parabenizar a
1166 condução da Ivonete, a participação da Federação das Indústrias, o Kawano que
1167 coordenou por um bom tempo, o Ministério Público, todos que participaram do
1168 grupo.

1169 Eu queria destacar alguns pontos relevantes que foram importantes na
1170 modernização dessa Resolução. Primeiro que essa resolução cria a cadeia
1171 produtiva dos resíduos, segundo estabelece, cria, dita regras do aproveitamento
1172 térmico dos resíduos sólidos urbanos, que é um grande problema hoje no Brasil.
1173 Proíbe aterrar resíduos que têm poder energético e devem ser utilizados como
1174 geração de energia térmica e energia elétrica. Contribui também com a mitigação
1175 dos gases do efeito estufa, pois permite o tratamento térmico de biomassa, que é
1176 carbono zero. E, o mais importante que eu acho, para fechar, viabiliza a economia
1177 circular, estabelece critérios realmente para que se cumpra a economia circular.

1178 Portanto, quero deixar aqui as nossas mais elevadas estimas a essa
1179 Comissão, principalmente à Ivonete e ao João Campos que conduziram muito bem
1180 esse trabalho. E lembrar também que recentemente foi elaborado um termo de
1181 convênio entre a Abema e a ABNT para modernização e elaboração das normas
1182 no âmbito voluntário, no âmbito da ABNT. Proponho que esse tema, que o próprio
1183 Estado do Paraná pudesse levar a esse fórum, um fórum de discussão e
1184 modernização das normas do País, do Brasil. É um fórum muito interessante que
1185 foi instalado recentemente e que tem produzido bons resultados na área ambiental
1186 e de sustentabilidade.

1187 Muito obrigado pela oportunidade.

1188 A Sra. Presidente:- Obrigada, Mário, pelas suas contribuições. Agradeço
1189 inclusive em nome da equipe.

1190 Vou passar a palavra para a Carla Beck, do Sistema FAEP. Por favor, Carla.
1191 A Conselheira Carla Beck (FAEP):- Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde,
1192 Ivonete. Eu penso que essa resolução vai trazer uma agilidade bem interessante
1193 nos processos. E o que eu gostaria de perguntar é mais de forma orientativa. No
1194 Capítulo V, onde tratamos sobre uso de resíduos para fins agrícolas, no Art. 6º, V
1195 - Resíduos e efluentes que contenham substâncias consideradas contaminantes
1196 para o solo e/ou não apresentem potencial agronômico e efeitos benéficos que
1197 justifique sua utilização na agricultura.

1198 Gostaria de um esclarecimento desses resíduos de efluentes que contenham
1199 substâncias consideradas contaminantes, vamos considerar em qual resolução
1200 esses elementos, essas substâncias contaminantes de solo? E também se vai
1201 precisar de um laudo agronômico sobre isso.

1202 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- Boa tarde, Carla. Nós já
1203 temos uma norma, talvez a Rossana pudesse até complementar, acho que ela está
1204 presente, para explicar melhor, porque é mais sua área, né Rossana? A parte de uso
1205 agrícola de resíduo.

1206 A Sra. Rossana Baldanzi (IAT):- Oi, boa tarde, sou a Rossana do IAT. Tudo
1207 bem, Carla? Não estou visualizando o artigo para lhe dar uma resposta melhor.
1208 Mas, enfim, nos processos de autorização ambiental sempre pedimos o laudo de
1209 classificação pela ABNT e o laudo de potencial agronômico, para que comprove
1210 se tem potencial para uso agrícola. Substâncias contaminantes que consideramos
1211 são aquelas que não têm benefício nenhum para ser utilizado para fins agrícolas,
1212 derivado de petróleo, substâncias inorgânicas, metal pesado. É nesse sentido que e
1213 a gente fala de substâncias contaminantes. São aquelas que não têm nenhum efeito
1214 positivo para uso agrícola, Carla.

1215 A Sra. Conselheira Carla Beck (FAEP):- Ok. Então sempre é exigido um
1216 laudo agronômico para fazer essa solicitação. Correto?

1217 A Sra. Rossana Baldanzi (IAT):- Se você pegar a Portaria IAP 212 lá tem
1218 em um artigo específico a relação de documentação que deve ser apresentado para
1219 caso específico de uso agrícola, e lá exigimos o laudo agronômico.

1220 A Sra. Conselheira Carla Beck (FAEP):- Ok. Muito obrigada.

1221 A Sra. Rossana Baldanzi (IAT):- De nada.

1222 A Sra. Presidente:- Obrigada, Carla. Obrigada, Ivonete. A próxima inscrita
1223 é a Ellery.

1224 A Sra. Ellery Garbelini (MP/PR):- Boa tarde. Sou a Ellery, sou química do
1225 Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de
1226 Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado e participei do grupo de
1227 trabalho que discutiu a edição da revisão da Resolução 050.

1228 Foram pelo menos dois anos de trabalho entre o início das nossas reuniões
1229 presenciais e das nossas reuniões virtuais até a edição da norma, e eu já me esqueci
1230 de algumas coisas. Então eu não entendi direito se as sugestões que o Guilherme
1231 pontuou serão debatidas pelos Conselheiros, consideradas como uma proposta, se
1232 o Conselho vai adotar como proposta, enfim. Mas a dúvida que eu tenho para a
1233 Ivonete, se ela conseguir refrescar a minha memória, é se essas questões já não
1234 tinham sido debatidas no âmbito do grupo de trabalho, porque realmente não me
1235 lembro. Então queria saber se ela se recorda disso. Eu me lembro de alguma coisa
1236 em relação às necessidades de autorização ambiental, e me lembro que a gente teve
1237 uma discussão em relação à forma como isso já estava estabelecido e a forma
1238 mínima de controle que o Estado tem sobre a qualidade dos serviços que trafegam
1239 por aqui. Se a Ivonete puder falar um pouquinho mais sobre isso, eu agradeço. E
1240 fico à disposição.

1241 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- Oi, Ellery. Então isso foi
1242 debatido, inclusive debatido com o próprio Guilherme na última reunião que
1243 participou e ele comentou a respeito dessa questão das autorizações, daí eu já tinha
1244 colocado para ele também em função da lei como nós trabalhamos no Estado do
1245 Paraná. Então isso já foi debatido e foi voto vencido na própria reunião do grupo
1246 de trabalho. Agora quanto as sugestões do Guilherme, eu não sei se o João ou a
1247 Fabi podem responder.

1248 A Sra. Presidente:- Obrigada, Ivonete. Ellery, me desculpa, até pronunciei
1249 o seu nome errado. Você tem mais alguma questão ou do jeito em que a Ivonete...

1250 A Sra. Ellery Garbelini (MP/PR):- Não. Ela já me atendeu. Obrigada.

1251 A Sra. Presidente:- Helder com a palavra, por favor.

1252 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/Paraná):- Obrigado,
1253 Fabiana, pela palavra. Queria também, antes de tudo, parabenizar ao grupo de
1254 trabalho que teve esse trabalhão que a Ellery também falou de dois anos,
1255 inicialmente com o Kawano na coordenação, depois com a Ivonete e o Mário
1256 Esper. Queria parabenizar todo esse grupo que se empenhou nesse trabalho, mas
1257 também queria deixar uma concordância com a observação do Guilherme em
1258 relação às autorizações ambientais, não sobre elas em si mas sobre o prazo para
1259 avaliação delas. Acho que é uma coisa que de fato a gente precisa chamar atenção,
1260 porque quando a gente tem uma regra, e aí quanto mais é cumprida mais a gente
1261 tem o cuidado ambiental de fato. Então, discordo um pouco do Arthur de que ele
1262 traz uma questão empresarial, acho que também a gente está aqui para entender
1263 todos os lados. Então o Guilherme trouxe uma questão e cabe a nós como
1264 Conselheiros ouvirmos e tomarmos partido, tomarmos uma decisão sobre encarar
1265 ou não isso como uma questão relevante.

1266 Só queria deixar esse alerta de que, quando prazos acabam sendo muito
1267 longos, você acaba desencorajando, mas o empreendedor, em alguns casos, pode
1268 começar a ter dificuldade com tudo isso e dificultar que se cumpra a legislação.

1269 É só para deixar mesmo um alerta, e não é pessoal a ninguém, mas
1270 lembrarmos dos prazos que, quanto mais a gente for célere no prazo, e aí destaco
1271 o Presidente Everton que tem trabalhado arduamente em aumentar a equipe
1272 também no instituto, quanto mais a gente conseguir dar celeridade dentro do órgão
1273 mais a gente também vai cuidar da área ambiental. Obrigado, Presidente.

1274 A Sra. Presidente:- Obrigada, Helder. Eu que agradeço a sua participação.
1275 Gostaria de perguntar se tem mais alguém que gostaria de fazer uso da palavra.
1276 Dos que estavam inscritos no chat foram todos? Eu não vi se mais alguém levantou
1277 a mão. (Pausa). Não. Então podemos ir para a votação. Acabada a discussão,
1278 coloco em votação a deliberação da minuta da resolução que estabelece os critérios
1279 e procedimentos para o gerenciamento de resíduos sólidos no Estado do Paraná.
1280 Os que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários, por favor, que se
1281 manifestem.

1282 A Sra. Débora Albuquerque (Assessora Deputado Goura):- Fabi, uma
1283 questão de ordem. (Assentimento). É possível a gente se abster?

1284 A Sra. Presidente:- Sim, Débora, é possível, mas você representa
1285 formalmente o deputado? Você tem uma procuração?

1286 A Sra. Débora Albuquerque (Assessora Deputado Goura):- Eu sou
1287 assessora dele. Ele falou no início da reunião que eu estaria representando-o. Como
1288 fica?

1289 A Sra. Presidente:- Porque assim, o suplente não está né.

1290 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
1291 Débora, o deputado não vota. O deputado não vota.

1292 A Sra. Débora Albuquerque (Assessora Deputado Goura):- Então está bem.

1293 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Pode
1294 perguntar para o João Batista.

1295 A Sra. Débora Albuquerque (Assessora Deputado Goura):- Você pode
1296 esclarecer, João, por gentileza?

1297 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- O
1298 deputado não vota.

1299 O Sr. Secretário Executivo:- Sim, o deputado tem cadeira no Conselho,
1300 indicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Então ele tem voto, ele
1301 é conselheiro.

1302 A Sra. Presidente:- João, eu só fico na dúvida, porque em outros Conselhos
1303 que eu participo, tem direito a voto o Conselheiro ou o seu suplente. Quando vai
1304 alguém representando, vai mas não tem direito a voto. Essa é minha pergunta. Se
1305 a Débora tem direito a voto ou não.

1306 O Sr. Secretário Executivo:- Veja, todo o processo formal, a indicação
1307 formal por escrito, por e-mail ou por ofício de um substituto de um representante,
1308 então se tiver essa questão, só formalmente que nós acatamos como indicação.

1309 A Sra. Presidente:- Ok. Eu também entendo dessa maneira.

1310 O Sr. Conselheiro José Marcelo Torezan (UEL):- Desculpe. Antes de votar
1311 queria entender se vai ser votada a sugestão que eu fiz de incluir a Convenção de
1312 Estocolmo nas definições, ou se vai ser feito depois. Como é?

1313 A Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves (IAT):- João, Larisseane, querem
1314 que já se coloque a definição, porque a Convenção de Estocolmo é uma definição
1315 oficial. Será que já colocaríamos agora a definição?

1316 O Sr. Secretário Executivo:- Se já tiver a definição em mãos, próximo,
1317 colado no chat, a gente pode já copiar e colar na Minuta. Caso não, a gente tem
1318 que fazer essa redação e depois dar para a assessoria jurídica inserir essa definição.

1319 A Sra. Presidente:- Eu tenho uma sugestão, acho que é mais fácil a gente
1320 deixar registrada na Ata e depois a gente faz a inserção, se todos concordarem.
1321 (Pausa).

1322 O Sr. Conselheiro José Marcelo Torezan (UEL):- Ok. Por mim, tudo bem.

1323 A Sra. Presidente:- Acho que fica mais fácil, inclusive passa pelo nosso
1324 jurídico.

1325 A Sra. Débora Albuquerque (Assessora Deputado Goura):- Fabi, e como
1326 fica a nossa questão?

1327 A Sra. Presidente:- Desculpa, Débora. Temos sempre que prezar para que o
1328 regulamento seja cumprido. Como não veio um ofício...

1329 A Sra. Débora Albuquerque (Assessora Deputado Goura):- Com certeza.
1330 Desculpa, é que eu não entendi, perdoe-me.

1331 A Sra. Presidente:- Então você não vota, é como se o deputado não estivesse
1332 presente. Você participa, ouve, mas nesse momento vamos computar os votos dos
1333 que estão presentes. Ok? Como não veio um ofício indicando. A gente não pode
1334 registrar aqui a abstenção, tá? É como se ele não estivesse votando. Ok?

1335 A Sra. Débora Albuquerque (Assessora Deputado Goura):- Ok.

1336 A Sra. Presidente:- Então, obrigada. Que fique registrada a APROVAÇÃO
1337 da Minuta da Resolução.

1338 E agora passamos para a pauta Outros Assuntos. O primeiro, dos Outros
1339 Assuntos,...

1340 O Sr. Secretário Executivo:- Fabi, então para registrar em Ata que a Minuta
1341 de Resolução foi aprovada, correto?

1342 A Sra. Presidente:- Sim, aprovada.

1343 E agora a composição das Câmaras Temáticas para o biênio 2021/2022. Eu
1344 passo para você, João, para a gente começar esse processo.

1345 O Sr. Secretário Executivo:- Então, Presidente, demais Conselheiros,
1346 recebemos aqui um ofício do CEDEA que colocou em discussão que como não foi
1347 pautado no ofício de convocação, e realmente tem fundamento isso, a gente foi
1348 rever nossos passos e vimos que essas Câmaras Temáticas têm um mandato de
1349 dois anos. E como ela foi empossada em junho, então essas Câmaras Temáticas
1350 tem validade até junho. E como teremos outra reunião em breve, devido a esse
1351 pedido de vista do processo da 088, minha proposta é que façamos a composição,
1352 até porque não consta no ofício de convocação, na reunião que vamos convocar
1353 posteriormente. E as Câmaras Temáticas têm sua validade até junho de 2021.

1354 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/Paraná):- Presidente, peço
1355 a palavra, sobre esse assunto.

1356 A Sra. Presidente:- Pois não.

1357 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/Paraná):- Então como a
1358 gente teve uma substituição até o momento, uma eleição com novos Conselheiros
1359 apenas das ONGs, entidades ambientalistas, pergunto se não seria o caso de
1360 modificar essa composição das Câmaras Temáticas apenas para essas entidades e
1361 depois que novos Conselheiros tomarem posse mudar as demais representações
1362 dentro das Câmaras Temáticas, porque todos os Conselheiros estão em fim de
1363 mandato, aqueles que não são de ONGs Ambientalistas. Então acho que não é justo
1364 com os novos Conselheiros que venham a entrar que os anteriores definam essa
1365 representação.

1366 O Sr. Secretário Executivo:- Posso esclarecer, Presidente.

1367 A Sra. Presidente:- Por favor, João.

1368 O Sr. Secretário Executivo:- Os Conselheiros foram empossados hoje.
1369 Então os Conselheiros estão aí. Na verdade a composição das Câmaras Temáticas
1370 são de instituições, não é específico e pessoal. Então quando a instituição a, b ou c
1371 se inscreve vai para a Câmara Temática xis, depois, posteriormente, vai indicar o
1372 nome do representante da instituição. Então, como esse prazo de dois anos vence

1373 em junho, a gente está propondo essa formatação dessa Câmara Temática para a
1374 próxima reunião.

1375 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/Paraná):- João, a título de
1376 esclarecimento, quais Conselheiros tomaram posse hoje? Quais instituições?

1377 O Sr. Secretário Executivo:- Todos aqueles que lemos no começo da
1378 reunião. Você estava presente, Helder?

1379 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/Paraná):- Eu estava
1380 presente. São todos aqueles das entidades ambientalistas. Certo?

1381 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Não apenas, podemos ler
1382 novamente as instituições.

1383 O Sr. Secretário Executivo:- Helder, foram chamados todos os
1384 representantes de todas as instituições, se estava presente ou não, independente
1385 disso foram empossados para esse novo mandato.

1386 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/Paraná):- Então todas as
1387 instituições já responderam a indicação de novos Conselheiros para esse mandato
1388 2021/2022?

1389 O Sr. Secretário Executivo:- Não, Helder. Não é essa a questão. Não é
1390 questão pessoal, a questão de nomes estão chegando. Já mandamos ofício para as
1391 instituições e os nomes estão chegando. Enquanto não chegam os nomes, está
1392 entendido nesse ofício, que está mantido os Conselheiros indicados anteriormente,
1393 até sua substituição. Esse é o procedimento que estamos adotando.

1394 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA/Paraná):- Entendido.
1395 Obrigado.

1396 A Sra. Presidente:- Mais alguma questão? Acho que o André colocou.

1397 O Sr. Conselheiro André Petick Dias (OJC):- Boa tarde a todos. Sou o
1398 André, do Observatório. Faz sentido isso que o Helder comenta, por exemplo, no
1399 nosso caso que não participamos de nenhuma Câmara Temática e gostaríamos de
1400 participar. Pela lógica que eu entendi da sequência dos mandatos, nós ficaríamos,
1401 a exemplo, sem poder acompanhar nenhuma discussão, nenhuma reunião de
1402 Câmaras Temáticas até junho, João Batista. É essa a sua proposta? Porque somos

1403 instituição nova, então não tínhamos vaga em nenhuma Câmara Temática e nem
1404 teremos até junho, se deliberado assim for, como a sua sugestão. É isso?

1405 O Sr. Secretário Executivo:- Veja, a nossa questão é a seguinte: a Câmara
1406 Temática foi empossada em junho de 2019 e até junho de 2021 tem a sua validade.
1407 O que está acontecendo é que nessa reunião foi tentado pautar, mas não foi pautado
1408 como pauta para ser debatido aqui nessa reunião agora. A proposição é que na
1409 próxima reunião, estando esclarecidas todas as situações, pois a gente acredita que
1410 esse pedido de vista deve retornar em vinte dias, depois tem mais essa discussão
1411 interna, em torno de trinta a quarenta dias devemos convocar essa outra reunião e
1412 aí nessa outra reunião fazer a composição das Câmaras Temáticas. Então será em
1413 meados de março, mais ou menos. Isso é o que temos hoje, como os passos para
1414 serem dados nessa recomposição das Câmaras Temáticas.

1415 O Sr. Conselheiro André Petick Dias (OJC):- Entendi. Até lá não teremos
1416 nenhuma reunião de Câmara Temática? Porque nesse caso a gente não poderia
1417 participar por não ter sido pautado nesta reunião, só a posse no Conselho, e hoje
1418 não teremos oportunidade de nos inscrevermos em nenhuma Câmara Temática.
1419 Ou será realizada eventualmente alguma reunião de Câmara Temática que a gente
1420 pudesse participar?

1421 O Sr. Secretário Executivo:- Exatamente. Como a nova composição é em
1422 junho, agora vocês podem participar. As reuniões das Câmaras Temáticas são
1423 abertas a participação de qualquer Conselheiro, o Conselheiro pode participar das
1424 reuniões. É debatido e é aberto. Não tem problema nenhum da sua participação
1425 como de qualquer outro Conselheiro nas reuniões das Câmaras Temáticas. Se tiver
1426 um processo de deliberação serão aqueles que estão empossados nesse momento.

1427 O Sr. Conselheiro André Petick Dias (OJC):- Ok. Obrigado.

1428 A Sra. Presidente:- Mais alguém gostaria de se manifestar? (Pausa). João,
1429 você entende que precisamos votar à sua proposição de que permanecemos assim?

1430 O Sr. Secretário Executivo:- Permanecemos assim, porque está dentro do
1431 processo da legalidade, Fabi.

1432 A Sra. Presidente:- Ok. Perfeito. Então a gente abre agora para a Tribuna
1433 Livre. Não sei se é o João ou a Lari que vai repassar o nome dos inscritos.

1434 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Tivemos inscrito o
1435 Conselheiro Adriano Wild.

1436 A Sra. Presidente:- Ele saiu e pediu para fazer a leitura do que ele colocou
1437 no chat. É isso?

1438 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Isso. Ele tinha retornado
1439 agora há pouco, não sei se ele está presente.

1440 A Sra. Presidente:- Você pode, por favor, Lari fazer a leitura do que está no
1441 chat? Porque se ele estiver no celular vai ficar bem difícil para ele ler.

1442 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Ok. “Cara Fabiana e João
1443 Batista, solicito lerem a mensagem em anexo, por gentileza. Bosques da Memória.
1444 Informações de 09 de fevereiro de 2021. O grande objetivo da campanha Bosques
1445 da Memória é plantar árvores e recuperar florestas como um gesto simbólico em
1446 homenagem às vítimas da Covid-19 em agradecimento aos profissionais da saúde
1447 do Brasil. Essa campanha é uma promoção conjunta da Rede de ONGs da Mata
1448 Atlântica - RMA, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA, e do PACTO
1449 pela restauração da Mata Atlântica. É desenvolvida de forma participativa e
1450 colaborativa. Está aberta às pessoas e instituições interessadas, contando, desde o
1451 início, com várias entidades parceiras como a Associação em Defesa do Rio
1452 Paraná, Afluentes e Mata Ciliar - Apoena, e a Associação Mico-Leão-Dourado -
1453 AMLD. A campanha Bosques da Memória, além de buscar a transformação
1454 dessa...” Ficou um pouco cortado ali, mas ele mandou o documento. Vou tentar
1455 abrir. Só um momento. (Pausa).

1456 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Posso continuar a ler.

1457 A Sra. Larisseane de Souza Ribeiro (SEDEST):- Por favor, Adriano, porque
1458 não estou conseguindo abrir o seu arquivo.

1459 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Está bom. “A campanha
1460 Bosques da Memória, além de buscar a transformação desse momento de tristeza
1461 e devastação e esperança da Mata Atlântica, marca o início da década da
1462 restauração de ecossistemas 2021/2030, declarada pela ONU. Situação atual dos
1463 bosques. Já temos quarenta e dois bosques; duas mil, oitocentas e oitenta e cinco
1464 mudas plantadas; e setenta e sete mil, setecentos e três comprometidas, isto já com

1465 identificação de pessoas que faleceram pela Covid no Paraná. Atividades do
1466 bosque. Estamos atuando em quatro áreas, uma já cadastrada e reconhecida que é
1467 a Reserva Florestal Rua, na Estrada do Anhaia, em Morretes; outras em Piraquara,
1468 nos Mananciais da Serra; outra na Ilha do Pontal do Rio Paraná; e outra nos
1469 Castelhanos em São José dos Pinhais. Na Floresta Rua, temos três campanhas de
1470 plantios com cento e cinquenta e cinco nativas que foram plantadas até o
1471 momento.”

1472 Então é essa a informação. E volto a citar o site para que os interessados
1473 possam ter mais informações: bosquesdamemória.com. Obrigado.

1474 Uma segunda intervenção. Eu volto a pautar para a próxima reunião, por
1475 favor, uma explanação mais detalhada a respeito da situação do Fundo Estadual do
1476 Meio Ambiente, que foi matéria já conversada em várias reuniões do Cema. Foi
1477 feita uma apresentação muito por cima e já na reunião passada isso constou na Ata,
1478 e volto a insistir na questão de uma apresentação a respeito do Fundo Estadual do
1479 Meio Ambiente. Obrigado.

1480 A Sra. Presidente:- De nada. Nós que agradecemos. Apesar de não ter mais
1481 nenhum inscrito, pergunto se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra.
1482 (Pausa).

1483 O Sr. Conselheiro André Petick Dias (OJC):- Eu vou falar, Fabiana,
1484 rapidamente para não me estender aqui. Estou deixando meu e-mail registrado no
1485 bate-papo, se me permitir, sobre a revisão da Resolução 088/2013. Se alguém tiver
1486 alguma consideração, alguma observação a fazer, por favor, fique à vontade para
1487 me enviar no e-mail. Das entidades que pediram vista dessa revisão da Resolução,
1488 a gente está extremamente aberto ao diálogo e estamos abertos também a receber
1489 as considerações de todos os Conselheiros. Esperamos que a gente consiga, de fato,
1490 contribuir para a efetividade da Resolução, à sua aplicabilidade. E de forma célere
1491 e rápida a gente consiga ter uma redação final e adequada para todas as entidades
1492 e necessidades envolvidas no documento.

1493 Só queria registrar isso, que é a visão das organizações que pediram vista.
1494 E a gente, então, deixa registrado aqui o meu e-mail para qualquer consideração

1495 que se faça necessário, a gente está extremamente aberto ao diálogo e a
1496 contribuição na melhoria na Resolução. Obrigado.

1497 A Sra. Presidente:- Obrigada, André. João, você gostaria de fazer mais
1498 alguma consideração?

1499 O Sr. Secretário Executivo:- Só agradecendo e colocando essa questão do
1500 Conselho. Realmente o Adriano colocou em outras reuniões, como essa reunião
1501 estava com uma pauta bastante apertada, ficou mais leve e suave porque foi
1502 solicitado vista no Processo 088, por isso não foi pautada nessa reunião. Mas a
1503 gente anotou aqui, Adriano, para a gente fazer essa pauta para a próxima reunião
1504 que será somente a discussão do pedido de vista da Resolução 088 e a composição
1505 das Câmaras Temáticas, e já fica mais ou menos essa agenda estabelecida com
1506 relação também ao Fundo Estadual de Meio Ambiente.

1507 Eu agradeço, Presidente, agradeço aos Conselheiros e qualquer coisa estou
1508 à disposição. Vamos passar para vocês que pediram vista do processo, vamos
1509 tentar mandar ainda hoje o processo, apesar que vocês já têm disponível nessa
1510 convocação e no nosso relembrando, para que possam já se articularem e
1511 prepararem esse relatório para apresentar à Secretaria Executiva aqui naquele
1512 prazo que foi falado, quinze dias com possibilidade de prorrogação por mais cinco.
1513 Obrigado. Devolvo a palavra para você, Fabi. E parabênizo você pela condução da
1514 reunião.

1515 A Sra. Presidente:- Pois não, Arthur.

1516 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):-
1517 Presidente, gostaria de deixar uma manifestação pública aqui pela conduta do João
1518 e sua equipe em relação à eleição dos Conselheiros do terceiro setor. Então queria
1519 deixar aqui minha manifestação registrada em Ata e todos os demais gostaram
1520 bastante da forma como isso foi conduzido. E também agradecer a Secretaria pela
1521 condução dessa equipe. Queria deixar registrado aqui. Obrigado.

1522 O Sr. Secretário Executivo:- De nada.

1523 A Sra. Presidente:- Obrigada, Arthur.

1524 O Sr. Secretário Executivo:- A nossa Presidente ficou sem áudio, então em
1525 nome do Secretário Márcio Nunes, da nossa Diretora-Geral Fabiana Campos,

1526 agradecer a presença de vocês todos pela colaboração, pelo grande trabalho que
1527 têm executado aqui como Conselheiros. E dizer que estamos sempre abertos.
1528 (Pausa). Fabiana, devolvo a palavra para você fazer a finalização e o encerramento
1529 da reunião. (Pausa).

1530 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Ela está escrevendo, João,
1531 dizendo que o microfone dela não está funcionando.

1532 O Sr. Secretário Executivo:- Então, Fabiana, em seu nome agradeço a todos,
1533 em nome do Secretário Márcio Nunes, agradeço a todos. Muito obrigado pelo
1534 processo todo que foi muito bom, e assim vamos construindo a política de meio
1535 ambiente para o Estado do Paraná. Obrigado, gente. Obrigado, Dra. Edneia que
1536 está aqui acompanhando, obrigado a todos e vamos em frente. Está encerrada a
1537 reunião.

1538 Solicitação: O Conselheiro Adriano Wild reitera pedido sobre apresentação
1539 a respeito do Fundo Estadual do Meio Ambiente.